



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

TÍTULO | A UE E A SEGURANÇA INTERNACIONAL: UMA NOVA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA EUROPEIA NUM MUNDO MULTICOMPLEXO

Nome do Mestrando | Tânia Clemente Silva

Orientação | Prof Doutor Marco António Gonçalves Barbas
Batista Martins

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2018



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

TÍTULO | A UE E A SEGURANÇA INTERNACIONAL: UMA NOVA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA EUROPEIA NUM MUNDO MULTICOMPLEXO

Nome do Mestrando | Tânia Clemente Silva

Orientação | Prof Doutor Marco António Gonçalves Barbas
Batista Martins

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2018

"Unidos prevaleceremos, divididos cairemos" – TUSK

Resumo

Num mundo cada vez mais instável e inseguro importa perceber e analisar qual a posição da União Europeia relativamente às restantes potências do Sistema Internacional e no próprio sistema. Conseguirá fazer frente aos desafios internos onde nos últimos anos tem existido uma ameaça terrorista e um aumento da contestação social? No quadro externo, conseguirá adotar uma boa política de segurança e defesa para enfrentar todos os desafios e manter ou até recuperar a sua posição na arena global?

O objetivo desta Dissertação é perceber se a União Europeia tem a capacidade de fazer frente aos desafios externos e transformá-los em possíveis oportunidades. Para isso será necessário adotar uma nova estratégia de segurança e defesa, por um lado como resposta ao BREXIT, sendo o Reino Unido um pilar de extrema importância em matéria de segurança, por outro lado, devido à deslocação dos interesses externos geoestratégicos dos Estados Unidos para a Ásia-Pacífico.

Palavras-chave: União Europeia, Segurança, desafios

The European Union and International Security: a New European Security Strategy in a Multicomplex World

Abstract

In an increasingly unstable and insecure world, it is important to perceive and analyze the position of the European Union comparatively to the other powers of the International System and within the system itself. Will it be able to cope with the internal challenges where in recent years there has been a terrorist threat and an increase in social protest? On the outer frame, will it be able to adopt a sound security and defense policy to meet all the challenges and maintain or even regain your position in the global arena?

The aim of this Dissertation is to see if the European Union has the capacity to face external challenges and turn them into potential opportunities. This will require a new security and defense strategy, on the one hand as a response to BREXIT, with the United Kingdom as a key security pillar, on the other hand, due to the displacement of US geostrategic to Asia-Pacific.

Key-Words: European Union, Security, Challenges

Índice

| | |
|--|-----------|
| Introdução..... | 5 |
| Capítulo 1 Enquadramento paradigmático e teórico-conceptual no quadro das Relações Internacionais | |
| 1.1 Entre Realismo e Escola Inglesa..... | 8 |
| Capítulo 2 Do debate securitário | |
| 2.1 Política Externa e de Segurança Comum..... | 23 |
| 2.2 Política Europeia de Segurança e Defesa..... | 25 |
| Capítulo 3 Transformações Geopolíticas e sua contextualização | |
| 3.1 O caminho para uma Nova Ordem Mundial..... | 30 |
| 3.2 A revisão da estratégia securitária europeia..... | 31 |
| Capítulo 4 O início de uma nova era? | |
| 4.1 O reposicionamento dos Estados Unidos da América: entre crises internacionais..... | 38 |
| 4.2 Emergência dos BRICS..... | 39 |
| 4.3 As Ameaças e os Conflitos intra e extra-União Europeia: | |
| 4.3.1 Crise dos Refugiados..... | 43 |
| 4.3.2 Crise da Ucrânia..... | 45 |
| 4.3.3 Anexação da Crimeia..... | 47 |
| 4.3.4 A vulnerabilidade territorial europeia face ao terrorismo..... | 48 |
| 4.3.5 Brexit e as consequências para a segurança interna da União Europeia e internacional | |
| Crise Financeira e Económica..... | 49 |
| Capítulo 5 A unidade na diversidade: entre o passado e o futuro? | |
| 5.1 As novas medidas de Segurança da União Europeia..... | 53 |
| 5.2 A Identidade Europeia: a complexidade na sua diversidade..... | 54 |
| Considerações Finais..... | 58 |
| Bibliografia..... | 62 |

Introdução

Esta Dissertação cujo título *A União Europeia e a Segurança Internacional: uma nova estratégia de segurança europeia num mundo multicomplexo*, visa não só compreender e analisar se de facto a Europa num momento crucial/decisivo conseguirá dar resposta efetiva aos problemas domésticos –onde a contestação social tem vindo a ganhar terreno bem como a ameaça terrorista constante –e unir-se a uma só voz para que possa enfrentar os desafios que encontra de igual forma no quadro externo.

Para que consiga resolver os conflitos externos e até vir a transformá-los em possíveis oportunidades tem que adotar uma nova estratégia de segurança e defesa, nomeadamente por um lado em resposta ao BREXIT, visto o Reino Unido constituir um pilar enquanto potência em matéria de segurança e, por outro lado, a deslocação dos interesses externos geoestratégicos dos Estados Unidos da América para a região Ásia-Pacífico.

Nos últimos anos o mundo tem passado por diversas mudanças e transformações, desde guerras mundiais, conflitos numa escala menor, diferentes ordens mundiais e centros de poder e com diversos e complexos atores. Todas estas alterações mudam a forma como o mundo funciona e consequentemente leva a que os diversos países tenham que adotar diferentes estratégias e medidas, até porque muitas vezes muitos ganham poder e muitos perdem, o que pode originar novos conflitos, “History teaches us that transitions of power are always accompanied by friction, and even by conflicts”.¹

No tempo da Guerra Fria o mundo testemunhava uma ordem bipolar, marcada pelo poder de duas potências, os Estados Unidos da América e a URSS, quando a guerra acabou a ordem mundial alterou-se, permanecendo os Estados Unidos da América como uma potência mundial, agora a única capaz de influenciar o mundo, estávamos perante a unipolaridade. Mas tal como a vida,

¹ WIJK, De Rob, *Power Politics: How China and Russia Reshape The World*, Amesterdão, University Press, 2015. ISBN 978-94-6298-052-5, p. 12

o mundo é também pautado por mudanças, umas inesperadas outras nem tanto, que alteram o curso das relações internacionais e o futuro. Os Estados Unidos da América começam a perder alguma da importância e influência que tinham sobre o mundo com o surgimento de novos atores no panorama internacional. Mas não foi apenas o destino dos Estados Unidos que foi alterado, também o da Europa sofreu mudanças com o aparecimento de novas economias emergentes – os BRICS – com as guerras no médio oriente que originaram uma das maiores crises de refugiados de sempre que assola as fronteiras europeias, o terrorismo, o ciberespaço e o Brexit. Todos estes problemas vieram pôr em causa a segurança e as políticas de defesa europeias assim como todo o Projeto Europeu.

Face a todas as adversidades, conflitos e guerras que influenciam não só o mundo, mas também o futuro do Projeto Europeu, existe a necessidade da União Europeia rever a sua política externa, nomeadamente as políticas de segurança e defesa. Procurar o desenvolvimento de uma política de segurança e defesa mais coerente e mais assertiva e de uma estratégia comum, mas que ao mesmo tempo não leve a uma preocupação obsessiva que “poderá tornar a Europa incapaz de lidar com as próprias ameaças.”²

No que diz respeito à metodologia utilizada, iremos recorrer a fontes primárias e a fontes secundárias. No quadro bibliográfico iremos recorrer a diversas obras para explicar os diversos tópicos que são abordados nesta Dissertação. Para além dessas referências, importa recorrer a relatórios e artigos.

Esta Dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos, no primeiro capítulo é analisado o enquadramento paradigmático e teórico-conceitual no quadro das Relações Internacionais, analisando as mais diversas teorias como o Realismo, o Idealismo, o Construtivismo, o Neorealismo e a Escola Inglesa. Isto para perceber a evolução das Relações Internacionais ao longo dos anos e as várias teorias que existem e que procuram explicá-las. O segundo capítulo

² REIS, Lílíana Domingues. (2014). *Política Comum de Segurança e Defesa: O Novo Desafio ao Processo de Integração da EU*. Tese de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais. Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, p. 27-28.

aborda as políticas de segurança e defesa adotadas pela União Europeia, como a Política Externa de Segurança Comum, a Política Europeia de Segurança e Defesa e ainda o Tratado de Lisboa e todas as alterações que este trouxe em matéria de segurança.

No terceiro capítulo são analisadas as várias transformações geopolíticas que ocorrem no mundo nos últimos anos, permitindo fazer uma contextualização das mesmas. Neste capítulo é também abordada a nova ordem mundial que marca a atualidade, que não se encontra ainda definida devido ao surgimento de diversos atores aos mais diferentes níveis. Exatamente por isso torna-se importante analisar e rever a estratégia de segurança e defesa adotada pela União Europeia, num mundo cada vez mais instável e inseguro.

Relativamente ao capítulo quatro é analisado o início de uma nova era, na qual os Estados Unidos da América reposicionaram os seus interesses externos geoestratégicos, a emergência de novas potências denominadas de BRICS, a crise dos refugiados, a crise da Ucrânia e a anexação da Crimeia, os diversos ataques terroristas que têm assolado o mundo, nomeadamente a Europa, a crise económica e financeira de 2008 e ainda o BREXIT que veio semear o sentimento de dúvida relativamente ao Projeto Europeu.

No quinto e último capítulo são abordadas as novas medidas de segurança europeias e toda a questão da identidade europeia.

Capítulo 1 Enquadramento paradigmático e teórico-conceitual no quadro das Relações Internacionais

1.1 Entre Realismo e Escola Inglesa

O mundo passou por diversas mudanças ao longo da história, testemunhou diversas guerras e conflitos até chegar a uma época em que a paz e a cooperação pareciam ganhar cada vez mais terreno relativamente à guerra e à destruição. Um dos pontos altos dessa cooperação foi a integração europeia, um projeto ambicioso que ainda hoje luta por se manter vivo, por unir países e trabalhar com vista a um objetivo comum.

Neste sentido, tem como objetivo compreender e analisar se a União Europeia irá conseguir manter a sua posição no Sistema Internacional ou até mesmo reforça-la, fazendo frente às ameaças, tanto domésticas como externas, num quadro geopolítico cada vez mais complexo e cada vez mais marcado pela intervenção de diversos atores que se pretendem afirmar no panorama internacional e fazer valer os seus ideais. Estamos, portanto, perante um mundo que já não se encontra marcado pela bipolaridade, nem pela unipolaridade dos Estados Unidos da América, mas sim um mundo que se caracteriza por um sistema multipolar, onde diversos atores estão a querer deixar a sua marca e afirmar-se perante outros, onde já não é só a política Ocidental que se destaca e que se afirma acima das restantes, mas onde países que não estão tão desenvolvidos num ou outro aspeto procuram também o seu lugar neste Sistema tão complexo.

Para além da Segunda Guerra Mundial, também o fim da Guerra Fria trouxe consigo mudanças radicais no quadro estratégico, para além de se revelar um novo pessimismo e uma preocupação com o conceito de segurança cada vez maior, ainda mais após os acontecimentos trágicos do 11 de Setembro.

Existem três sistemas internacionais que constituem as Relações Internacionais, o sistema unipolar, o bipolar e o multipolar. No primeiro existe apenas uma grande potência que impõe os seus valores às restantes, como foi o caso dos Estados Unidos da América e ao qual foi atribuído “el calificativo de

«potencia hegemónica» y de «república imperial»³, por Robert Gilpin y Raymond Aron. O sistema bipolar é “determinado por el equilibrio entre dos potencias”, ou seja, “nos encontramos en un sistema en el que dos potencias gozan de capacidades equivalentes y superiores a las de las restantes unidades del sistema”⁴. Por sua vez, o sistema multipolar é marcado pelo equilíbrio de poder entre diversas potências, “De tal manera, que el poder de coerción está más dividido (...) y el mecanismo de equilibrio en el sistema está asociado a la idea de alianza.”⁵ Num sistema assim, a cooperação ganha uma nova importância na arena internacional, sobretudo após a Guerra Fria.

De acordo com John Mearsheimer, a multipolaridade revela um sistema internacional frágil, o que leva a que possam existir conflitos e guerras, uma vez que os Estados não têm o mesmo nível de poder, existindo uma maior desigualdade. John Mearsheimer caracteriza o Sistema Internacional como sendo anárquico, os Estados devem ter uma grande capacidade militar de forma a combater com os restantes Estados e a imporem a sua presença no sistema e também porque nunca podem saber ao certo quais são as intenções das outras potências.

De forma a percebermos tudo isto e como é que a história se foi desenvolvendo, temos que recuar e analisar as teorias que procuraram explicar e perceber o mundo em que vivíamos e vivemos e a forma como nos relacionamos, de como os estados, não só enquanto entidades soberanas como atores das relações internacionais, interagem uns com os outros, demonstrando que as relações entre os mais diversos países nem sempre se têm revelado de forma positiva, emergindo por vezes, resultantes ora de convergências ora de motivos de discórdia, potencializando a possibilidade do incremento da conflitualidade ou *in extremis* à *internacionalização do conflito* na sua forma de guerra.

Recordando Hans Morgenthau, Nicholas Spykman, Alexander Wendt, entre outros, que, ao longo dos tempos, se dedicaram a tentar compreender e explicar as Relações Internacionais, adotando ou criando as mais diversas

³ BARBÉ, Esther, *Relaciones Internacionales*, Madrid, Editorial Tecnos, 2007, p. 241.

⁴ *Ibid.*, p. 241.

⁵ *Ibid.*, p. 242.

teorias que trazem diferentes perspectivas e formas de analisar criticamente o mesmo mundo. Estes paradigmas existem porque os diversos teóricos não conseguiram chegar a uma única conclusão e concordarem uns com os outros sobre aquilo que realmente representam as Relações Internacionais e a razão de certos acontecimentos, logo o “objeto de estudio y agenda de investigación son susceptibles de acuerdo o desacuerdo entre los teóricos.”⁶

As Relações Internacionais procuram compreender os sucessivos acontecimentos gerados não só entre os estados como também entre os diversos atores, todos os problemas que afetam mais que um Estado, que passe as barreiras nacionais, quer sejam causados pela guerra, deslocamento de pessoas à procura de uma vida melhor ou a tentarem escapar de algum conflito, ou até mesmo a poluição. Além disso, as Relações Internacionais analisam os processos de cooperação entre os mesmos, como o processo de integração europeia.

Desde muito cedo que o mundo é marcado por guerras e conflitos, pela constante competição, pela procura de riqueza e pela afirmação relativamente aos restantes, onde quem tinha mais poder era quem se encontrava numa posição privilegiada e superior, visto que o poder sempre esteve no centro de todas as relações.

As guerras e os conflitos que marcaram e ainda marcam o mundo, são desencadeadas por diversos motivos, sendo um deles a religião, que marcou guerras até meados do século XVII. As guerras de religião que marcaram os povos cristãos vieram desafiar os Projetistas da Paz, que lutavam para conseguir que a comunidade cristã não fosse marcada por guerra e destruição, que fosse possível uma fórmula de convívio com os infiéis.

Estes denominados Projetistas da Paz são constituídos por vários pensadores, como John Locke, Immanuel Kant, Pierre Dubois, Jeremy Bentham, Rosseau, que desde o século XIV, estudam a Tradição Clássica e Pré-Clássica com o objetivo de encontrar uma forma de pôr fim à guerra e estabelecer a paz entre os Estados.

Assim “o legado intelectual dos projetistas da paz identifica-se, em articulação com o realismo, como uma corrente de pensamento resultante da

⁶ BARBÉ, Esther, *Relaciones Internacionales*, Madrid, Editorial Tecnos, 2007, p. 57.

convergência de perspectivas políticas, ideológicas, religiosas e filosóficas elaboradas ao longo de vários séculos, tornando-se uma componente teórica essencial, tanto de gênese, como dos desenvolvimentos do estudo das RI.”⁷

De acordo com Adriano Moreira o objetivo dos Projetistas da Paz não está relacionado com o interesse único do Estado, mas sim com uma comunidade formada por diversos Estados, na qual não exista rivalidades tais que levem ao eclodir de uma guerra, mas que seja possível assegurar a paz a nível global e impedir que o nacionalismo ganhe força e se torne cada vez mais dominante e agressivo.

Apesar de defenderem a paz e de o pacifismo destes projetistas ser “uma tentativa política no sentido de resolver uma situação política inquietante”⁸, a guerra não é totalmente rejeitada como um recurso político. Pelo contrário a guerra sempre marcou e irá continuar a marcar o panorama internacional, embora de formas distintas ao longo dos tempos. Exatamente por isso as Relações Internacionais não são pautadas pela simplicidade ou pela facilidade em compreender as mesmas, até porque “no hay acuerdo entre los investigadores sobre lo que constituye la especificidad de la disciplina y sobre un cuadro explicativo general que permita organizar la investigación. Así, objeto de estudio y agenda de investigación son susceptibles de acuerdo o desacuerdo entre los teóricos.”⁹

De entre os paradigmas que andaram ao longo dos tempos em constante confronto, destacam-se o Realismo e o Idealismo, a esse título refira-se a sequência da IGM, em 1919, onde ocorreu “uma tensão entre o idealismo do universalismo liberal, de matriz kantiana, expresso pelas teorias, mas não pelas práticas, de Woodrow Wilson e a continuidade do realismo de matriz hobbesiana.”¹⁰

A teoria Realista, uma das mais importantes das Relações Internacionais, “é de linha ontológica e se fundamenta no conceito de percepção e de detecção da realidade como é e como se apresenta *de facto* aos sujeitos cognoscentes”¹¹,

⁷ MARQUES DOS SANTOS, Victor, MILITÃO FERREIRA, Maria João, *Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2012, p. 127.

⁸ MOREIRA, Adriano, *A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004, p. 96.

⁹ BARBÉ, Esther, *Relaciones Internacionales*, Madrid, Editorial Tecnos, 2007, p. 57.

¹⁰ MALTEZ, José Adelino, *Curso de Relações Internacionais*, Principia, 2014. ISBN 9789728500825, p. 195 – 196.

¹¹ CASTRO, Thales, *Teoria das Relações Internacionais*, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. ISBN 978-85-7631-375-5, p. 312.

assim vem assumir, em outros aspetos, que o papel dos Estados consiste na defesa da sua posição no sistema internacional, uma vez que vivemos num mundo anárquico sem qualquer tipo de ordem superior. Sendo a anarquia um dos quatro “pontos” pelos quais os realistas se regem, para além do egoísmo, o poder político e o *groupism*, daí que o Realismo seja “caracteristicamente maquiavélico, personalista, comunitarista, pragmático, conservador, historicamente determinista, empírico e cético em relação aos princípios idealistas, pessimista em relação às capacidades de aprendizagem e de evolução humana através da experiência.”¹²

Ao contrário dos liberais, os realistas têm uma visão pessimista relativamente à política internacional e apesar da importância de se conquistar a paz, defendendo que a própria natureza dos Estados e do ser humano não permitem que a mesma seja conquistada, sendo o recurso à guerra a solução de maior probabilidade, visto a impossibilidade de uma união e de “as esperanças para a existência de paz provavelmente nunca se vão realizar, uma vez que as grandes potências que formam o sistema internacional têm medo umas das outras e lutam pelo poder como resultado”¹³. Tanto o Realismo como o Liberalismo defendem que o Estado desempenha um papel de destaque na política internacional, mas o realismo dá uma grande importância também às grandes potências, uma vez que são estas que constituem e assumem uma posição superior às restantes e por isso conduzem às maiores guerras.

O realismo determina que os Estados se encontram ao centro das Relações Internacionais e que todas as ações detêm por objetivo defender e garantir os seus próprios interesses, como afirma Maquiavel, “a leader’s primary concern is to promote national security”¹⁴. Uma vez que vivemos num mundo onde existe uma permanente competição originada pela desconfiança e pela falta de harmonia de interesses entre os Estados, de um governo internacional ou uma autoridade superior que consiga prevenir ou pelo menos reduzir o número de guerras e conflitos entre os mais diversos Estados, sendo a ocupação

¹² MARQUES DOS SANTOS, Victor, MILITÃO FERREIRA, Maria João, *Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2012, p. 78.

¹³ MEARSHEIMER, John J, *The Tragedy of Great Power Politics*, New York, Norton & Co, 2014. ISBN 9780393349276, P. 11.

¹⁴ MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Edições Almedina, 2016. ISBN 9789724067292.

territorial um dos maiores receios. Os realistas são por isso “fatalistas, vendo o poder político como mero resultado da diferenciação entre governantes e governados, numa espécie de lei inevitável da natureza.”¹⁵

Thomas Hobbes afirma que o Estado e a guerra encontram-se exatamente no centro de tudo, levando a que a política externa seja um dos vetores estratégicos na condução dos destinos do mesmo na ordem internacional, o que dificulta qualquer possibilidade de existir uma paz perpetua. Até porque segundo a tradição hobbesiana as relações internacionais representam um ambiente marcado pela guerra, onde todos estão contra todos, mas que é também marcado pela prudência na hora de agir. Por outro lado, a tradição Kantiana defende que são os laços que se formam entre as diferentes pessoas, de diversas nacionalidades que marcam as relações internacionais, até porque o Estado perde importância em detrimento do indivíduo.

De acordo com os pressupostos Realistas, a cooperação entre os Estados só faz sentido e só se realiza se esta contribuir para o interesse nacional de um Estado, e não tendo em conta a existência de um interesse comum a vários Estados, isto demonstra que o Realismo descreve os homens como seres calculistas e também egoístas, de acordo com Thomas Hobbes e que a cooperação é bastante rara. Estes pressupostos não vão de encontro com ideais que formaram a União Europeia, um projeto que veio desafiar tudo e todos, que privilegiava a cooperação entre os vários países, a promoção da paz, a estabilidade e a defesa de um interesse que fosse comum a todos os Estados.

A guerra sempre fez parte do universo das Relações Internacionais, a constante luta pelo poder “(...) has been the recurring theme in relations among states.”¹⁶

A teoria Realista separa os campos da política doméstica e da política internacional, sendo esta determinada por uma ética que coloca a segurança e o poder acima de tudo o resto, de forma a assegurar a sobrevivência do Estado Soberano. Para os realistas o poder é “o principal conceito das relações internacionais, tal como a energia é o principal conceito da física”¹⁷, podendo ser

¹⁵ MALTEZ, José Adelino, Curso de Relações Internacionais, Principia, 2002. ISBN 9789728500825.

¹⁶ GRIECO, Joseph, IKENBERRY, G. John, MASTANDUNO, Michael, *Introduction to International Relations. Enduring Questions & Contemporary Perspectives*, Londres, Palgrave, 2015, p. 72.

¹⁷ MALTEZ, José Adelino, Curso de Relações Internacionais, Principia, 2014. ISBN 9789728500825, p. 198.

entendido de várias formas, militar, económico e até mesmo diplomático, mas a capacidade militar de cada Estado é a característica que melhor determina a política internacional.

Diga-se de passagem que o Realismo determina que a evolução é definida pelo processo histórico e não através das capacidades e da vontade humana, uma vez que não acredita na evolução e na aprendizagem através da experiência. Aliás, os Realistas defendem que as Relações Internacionais dependem de quatro aspetos fundamentais, o primeiro assenta numa visão estatocêntrica, o segundo determina que os Estados têm o dever de defender os seus interesses recorrendo a todos os meios que forem necessários, até porque a maior preocupação dos Estados é a segurança e defesa da soberania, segundo afirma Hans Morgenthau¹⁸. O terceiro aspeto defende que os Estados podem, com o recurso às suas capacidades militares, iniciar um ataque a nível internacional a qualquer altura, uma vez que não existe um clima de segurança e de confiança mútua, dado que vivemos num mundo anárquico, onde “the powerful prevail and the weak submit”¹⁹. O quarto aspeto revela que a segurança dos Estados é o resultado de um sistema individual e de autoajuda.

O Realismo defende, assim o recurso ao *hard power*, uma vez que os homens são guiados pelo poder e pela competição, numa constante procura pelo prestígio, pela riqueza e pelo poder que sempre esteve no centro das Relações Internacionais. Hans Morgenthau vem demonstrar isto mesmo, visto que as políticas realizadas e defendidas pelos Estados seguem três pressupostos fundamentais, afirmar e impor a sua presença, nomeadamente ao nível internacional e ampliar o seu domínio territorial.

No quadro da segurança, os realistas defensivos argumentam que os Estados alcançam a segurança se mantiverem a sua posição no sistema, conseguindo poder em harmonia com os outros Estados, uma vez que a obtenção de mais poder pode levar a uma menor segurança, por isso mesmo uma distribuição de poder igual entre os Estados é a melhor forma de garantir que nenhum Estado ataque outro. Os Estados deixam de estar tão centrados em maximizar o seu poder e passam a ter uma maior preocupação em preservar a

¹⁸ A sua obra *Politics among Nations* é considerada a mais importante do realismo clássico.

¹⁹ GRIECO, Joseph, IKENBERRY, G. John, MASTANDUNO, Michael, *Introduction to International Relations. Enduring Questions & Contemporary Perspectives*, Londres, Palgrave, 2015, p. 72.

balança de poder, para que a guerra seja considerada como o último recurso possível.

Os Realistas Ofensivos, por outro lado, defendem que para os Estados conseguirem ter segurança precisam de ter o maior poder possível, uma grande capacidade militar e agir de forma agressiva, uma vez que nunca podem ter a certeza absoluta dos objetivos de outros Estados, o que leva a que adotem políticas expansionistas e ofensivas, que os realistas defensivos defendem serem incoerentes.

De acordo com o Realismo, a ordem no mundo é garantida pela guerra e pelo equilíbrio de poder²⁰, a guerra é utilizada como uma ferramenta política que leva conseqüentemente a mudanças, força-as e é uma forma dos Estados conseguirem atingir os seus objetivos, até porque como afirma Tucídides, “quando um Estado acredita que o seu exército e poder é ameaçado por outro Estado, a guerra é o cenário mais provável”²¹. Para um Realista como Hans Morgenthau²² há apenas duas formas de resolver um conflito entre dois ou mais Estados, a negociação ou a guerra. A guerra é também importante, uma vez que sem esta “o equilíbrio de poder não poderia funcionar como instituição operacional de um sistema internacional ou de uma sociedade”²³, sendo vista muitas vezes como uma forma de resolver problemas e não o contrário.

Podemos então afirmar que de acordo com a teoria Realista será extremamente difícil existir paz e união no mundo, uma vez que como já foi referido anteriormente, este é anárquico e todos os Estados temem os restantes. A única forma de existir paz seria se as grandes potências, que formam o sistema internacional pusessem as diferenças e os medos de lado e formassem um governo mundial. A história mostra-nos que uniões assim são raras, se não mesmo impossíveis, mas podemos olhar para a história da União Europeia e para o processo de integração da mesma para vermos que é possível superar

²⁰ Consiste num sistema marcado pela soberania e pela falta de uma ordem internacional, que se altera de acordo com as alianças que se vão formando.

²¹ REIS, Lílana Domingues. (2014). *Política Comum de Segurança e Defesa: O Novo Desafio ao Processo de Integração da EU*. Tese de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais. Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão.

²² Visto como o sucessor de Maquiavel e também de Hobbes

²³ MALTEZ, José Adelino, *Curso de Relações Internacionais*, Principia, 2002. ISBN 9789728500825

problemas e avançar em direção a uma união entre dois ou mais países que anteriormente já foram rivais.

A Escola Inglesa tem como principais teóricos Hedley Bull, que vê o sistema internacional marcado pela anarquia, mas com a presença de normas, John Vicent, Terry Nardin, Michael Walzer e Martin Wight. Esta escola constitui uma alternativa às restantes teorias, nomeadamente ao Realismo e ao Liberalismo, apesar de englobar algumas características do Realismo Neoclássico. Contrariamente a algumas teorias, a Escola Inglesa admite o valor que as instituições internacionais representam, assim como as regras jurídicas e os valores que compõem a sociedade internacional.

Demarcada de outras teorias como o Realismo, a Escola Inglesa defende que a sociedade internacional para além de ser considerada como anárquica, possui instituições, regras e valores, pelos quais os Estados se regem e com os quais conseguem gerar alguma organização.

De acordo com Martin Wight as teses defendidas por Kant, Grócio e Maquiavel permitem compreender melhor como é que funciona a política a nível internacional.

Uma “nova versão” da Teoria Realista, um Realismo Estrutural, desenvolvido por Kenneth Waltz, vem dar os primeiros passos para um cessar fogo e para um caminho onde a prioridade dos Estados é manter a balança de poder e não aumentar o seu poder. Neste caso os Estados acabam por estar praticamente em pé de igualdade relativamente aos restantes, tendo a mesma capacidade militar, existindo assim um equilíbrio de poder, onde não é tão provável que existam guerras ou conflitos e que possa existir paz. Mas tudo isto pode ser alterado rapidamente se existir alguma ameaça por parte de um Estado a outro, neste caso o Estado ameaçado procura formar uma coligação com outros Estados de forma a alcançar maior poder. Exemplo disto mesmo é a Guerra Fria, na qual dois Estados mais fortes procuraram formar alianças com outros Estados para fazer frente ao poder do outro e conseguir sair superior, assim podemos afirmar que o poder “was used to balance power”²⁴.

²⁴ GRIECO, Joseph, IKENBERRY, G. John, MASTANDUNO, Michael, *Introduction to International Relations. Enduring Questions & Contemporary Perspectives*, Londres, Palgrave, 2015, p. 7.

A visão otimista do mundo, onde a união e a cooperação imperam, onde a guerra já não é encarada como o recurso mais provável e ainda se encontra distante, pelo menos assim defende o Neo-realismo, teoria oposta ao Neoliberalismo e que esteve em grande destaque durante os anos 70 e 80, surgindo após a obra de Kenneth Waltz, *Theory of International Politics*. Esta teoria defende que o objetivo primordial é a segurança dos Estados, visto que estes são forçados a operar no sistema internacional marcado pela anarquia, onde é necessário estar sempre atento às intenções dos restantes Estados e das relações entre os mesmos. De acordo com Hobbes, a vida é marcada sempre pela eventualidade de existir guerra, já que é encarada como o estado natural, dado as relações entre os diversos atores internacionais e a anarquia.

Os neorrealistas defendem que a anarquia põe entraves à atuação do Estado e que a cooperação com outros Estados é extremamente complicada de atingir e até de manter. Para além disto e dado que a anarquia está presente no Sistema Internacional, os Estados têm que se preocupar especialmente com as questões de segurança e com as guerras que surgem pela falta desta. Os neoliberais, por outro lado, concentram-se mais noutras questões, como a economia e a política externa de forma a manter a ordem no mundo.

O Neorrealismo engloba muitos dos princípios essenciais da teoria Realista Clássica, mas ao mesmo tempo expõe as vulnerabilidades das teses defendidas anteriormente e da procura de uma só teoria das Relações Internacionais, que consiga explicar tudo.

Desde sempre que a segurança, ou por outro lado a falta da mesma, levou os Estados a temerem outros e a recorrerem a medidas mais radicais para se defenderem, estando em constante competição uns com os outros, sempre preocupados em elevar as suas capacidades relativamente aos restantes, como defende o Neorrealismo Ofensivo. Isto leva a que não exista grande colaboração entre os Estados e que sejam por isso egoístas, em vez de agirem em conjunto com vista a um objetivo comum, benéfico para todos os lados. Até porque como Waltz afirma “a perspectiva dos ganhos para ambos os lados não desencadeia

a cooperação enquanto cada um temer o modo como o outro vai aplicar as suas novas capacidades.”²⁵

De acordo com o Neorrealismo, tal como a teoria Realista, o Estado permanece como o centro, visto como o elemento mais importante, mas admite a existência de outros atores no sistema internacional. Já o Neoliberalismo defende que a fundação de instituições ao nível internacional pode ajudar a que os Estados cooperem mais entre si e contribuir assim para que a luta entre os mesmos diminua.

Apesar de Hans Morgenthau argumentar que poderá existir um equilíbrio, no caso de os Estados defenderem e agirem de acordo com os seus interesses nacionais, a história tem provado, ao longo dos anos, que o poder não é distribuído de forma igual, existiram sempre Estados com mais poder do que outros, há mais uma concentração de poder do que um equilíbrio do mesmo.

Ao longo do século XIX, a guerra era um ato aceite e legítimo por parte do Estado soberano, mas tudo isso mudou, primeiro com o Pacto da Sociedade das Nações de 1919, depois com o Tratado de Paris em 1928, com a Carta das Nações Unidas de 1945 e, no mesmo ano, com a Carta de Londres²⁶. Todas estas Cartas e Pactos instituíram um novo regime jurídico, no qual só se justificava o recurso à guerra em duas situações, como forma dos Estados se defenderem ou para ajudar outros Estados a defenderem-se.

Ao contrário do que seria expectável, o século XX foi um século marcado pela guerra, onde os custos da mesma aumentaram de forma exponencial e os benefícios acabaram por não compensar, já não eram tão grandes como no passado.

A segunda Guerra Mundial alterou toda a estrutura da política internacional, “La transformación de la realidad internacional a partir de 1945 exigirá una incorporación progresiva de nuevos temas, que irá acompañada de avances metodológicos y de diversificación de premisas.”²⁷

O sistema continuou a ser caracterizado como anárquico, mas a distribuição de poder modificou-se. Terminava assim o mundo multipolar e surgia

²⁵ BROWN, Chris, AINLEY, Kirsten, *Compreender as Relações Internacionais*, Gradiva, Lisboa, 2012. ISBN 978-989-616-465-2.

²⁶ Levou à criação do Tribunal de Crimes de Guerra.

²⁷ BARBÉ, Esther, *Relaciones Internacionales*, Madrid, Editorial Tecnos, 2007, p. 57.

o mundo bipolar, com apenas duas grandes potências mundiais, a União Soviética e os Estados Unidos da América, um mundo onde, segundo Kenneth Waltz²⁸ era menos provável que houvesse guerra, do que num mundo onde existissem mais do que duas grandes potências, uma vez que as alianças são mais importantes num mundo multipolar do que num mundo bipolar, tese também defendida pelo Realismo Ofensivo de Mearsheimer. Mas a verdade é que o período que se seguiu não foi marcado pela paz e prosperidade, mas sim pela guerra. No fim da Segunda Guerra Mundial a Europa encontrava-se destruída, arrasada e a política internacional estava agora dividida em dois grupos bem diferentes, por um lado o Capitalismo do Ocidente e por outro o Comunismo a Leste, com apenas duas potências (os Estados Unidos da América e a União Soviética) a dominarem a cena internacional. Mas foi neste ambiente de dor e destruição que se desenvolveu um dos projetos mais ambiciosos de sempre, uma Comunidade Europeia, formada por um conjunto de países que viam a paz e a cooperação como o caminho certo a percorrer, no qual a guerra não fazia mais sentido.

O Idealismo vem de encontro a este pensamento, afirmando que o poder não tem apenas que ser atingido com o recurso à guerra e à capacidade militar de cada Estado, mas pode-se chegar a um entendimento e até mesmo à paz, através da harmonia de interesses, da cooperação entre os diversos atores do sistema internacional e também através da capacidade de aprendizagem revelada pelo homem, que lhe permite mudar e ter controlo sob as suas ações.

Esta teoria defende que a visão dura e simplista da Teoria Realista já não vai de encontro com a realidade internacional e que a anarquia não pode ser unicamente utilizada para perceber as Relações Internacionais, uma vez que existem outros fatores que contribuem para o entendimento das mesmas, como as diversas instituições, que John Mearsheimer admite não serem capazes de assegurar a estabilidade no Sistema Internacional, nomeadamente nos anos que sucederam ao fim da Guerra Fria.

Ao contrário da perspetiva Realista, o Idealismo defende que os Estados não precisam nem têm a necessidade de olhar para os restantes como ameaças e alvos a abater, até porque quando cada Estado, individualmente, procura

²⁸ Considerado por muitos como o sucessor de Hans Morgenthau

defender os seus interesses e prosseguir os seus objetivos, está também a defender os interesses da comunidade internacional, levando a que não exista tanta necessidade de guerra e conseqüentemente à paz. As instituições democráticas, a extinção da anarquia e a criação de um direito internacional são igualmente importantes para assegurar a paz e não a guerra, até porque um sistema formado por estados democráticos, onde exista uma harmonia de interesses e onde os objetivos internos dos Estados estivessem interligados com externos, era muito mais pacífico e propenso à paz do que um sistema marcado pela anarquia e pela falta de união, como defende a Teoria Realista.

De acordo com o liberalismo, os Estados democráticos não recorrem tanto à guerra como os Estados que não são democráticos, isto porque os Estados não se sentem ameaçados com os restantes, revelando uma maior capacidade de cooperação e entreaajuda.

Foi neste espírito de cooperação e entreaajuda que se começou a desenhar na Europa, com o fim da Segunda Guerra Mundial e ainda mais com o fim da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim, uma nova forma de encarar o mundo e um novo conceito de segurança, visto que ocorreu uma redistribuição de poder, “Assistiu-se à criação de novos quadros institucionalizados de cooperação na Europa, aos quais se colocou o desafio de aproximar ex-inimigos, nomeadamente a União Europeia (UE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) por um lado, e a Federação Russa por outro lado.”²⁹ A teoria Realista era mais uma vez fortemente contestada, surgindo nesta altura uma nova abordagem, a teoria do Construtivismo, desenvolvida no início dos anos 90, que representa a terceira geração de debates no âmbito das Relações Internacionais e veio desafiar as restantes teorias já existentes no universo académico das mesmas. Esta teoria que tem algumas influências da sociologia, nomeadamente de certos autores, como Peter Berger, Thomas Luckmann e Anthony Giddens, mas tem como principais autores Alexander Wendt que forneceu as condicionantes relativamente às etapas de construção e de co-construção da teoria social aplicada às Relações Internacionais.

²⁹ FERNANDES, Sandra Dias, *Europa (In)Segura. União Europeia, Rússia, Aliança Atlântica: A Institucionalização de uma Relação Estratégica*, Estoril, Príncipeia, 2006, p. 9.

A teoria do Construtivismo veio introduzir novas questões no conceito de segurança que até aí não eram vistas como ameaças, como o aquecimento global, a saúde, o que levou a que os indivíduos ganhassem mais importância, o conceito de segurança já não estava unicamente relacionado com o Estado. A atenção dos Estados virou-se para outras áreas e a defesa e segurança começaram a perder terreno nas preocupações dos dirigentes. Exemplo disto mesmo é a Europa, cada vez mais preocupada com questões mais relacionadas com a educação, as alterações climáticas, entre tantas outras, agora muito mais adepta do chamado “soft power”, do que do “hard power”. Isto leva a que não existam muitos desenvolvimentos ao nível das suas forças militares, no sentido de as melhorar e de as capacitar para enfrentar outras forças. Apesar disto as forças militares europeias estão presentes em zonas onde é necessário assegurar a paz e também em operações de treino em vários conflitos mundiais. Mas uma Europa com uma grande presença militar não será tão forte e tão influente a nível mundial como uma Europa próspera, integrada e sobretudo unida a uma só voz.

O Construtivismo combina diversas abordagens e não apenas uma teoria única e veio modificar a estrutura das Relações Internacionais enquanto disciplina, e pretendeu acabar com os debates bilaterais considerados menos produtivos e menos eficazes, ao contrário dos multilaterais. A teoria Construtivista acabou por ser vista como “um meio termo” entre duas perspetivas completamente opostas e que durante muitos anos estiveram em permanente confronto, o Realismo e o Idealismo.

Contrariamente às restantes teorias, nomeadamente o realismo, o construtivismo defende que também as interações entre as pessoas, entre os Estados, as diversas identidades e perceções do que se passa no mundo e de como proceder ajudam a ter um melhor entendimento do sistema internacional e das relações entre os vários atores. Esta teoria mostra ainda que nem sempre o recurso à guerra e à violência é a melhor aposta, que o poder militar, a riqueza e a posição geográfica de cada Estado não são os aspetos mais importantes e os únicos que permitem a defesa e a imposição de um Estado sob o outro, a cooperação e o recurso a técnicas menos agressivas revelam-se, muitas vezes, mais eficazes e importantes.

O Construtivismo defende que o Sistema Internacional é composto por ideias, um sistema de regras acordadas entre os diversos atores. Alexander Wendt diz que as Instituições Internacionais serão capazes de mudar as identidades, os objetivos e interesses dos Estados.

Capítulo 2 Do debate securitário

2.1 Política Externa e de Segurança Comum

O conceito de segurança e defesa esteve sempre presente ao longo da história, sempre existiu a necessidade de os Estados se defenderem e de imporem a sua presença, mas foi no final da Segunda Guerra Mundial que a segurança e a defesa europeias ganharam uma nova importância.

Durante muitos anos, a União Europeia debateu-se com o problema da segurança, da definição de uma política de segurança e defesa, do papel das instituições nessa mesma política, da importância de estar preparada para responder e agir contra qualquer ameaça ou perigo, como o tráfico de armas, a proliferação de armas de destruição maciça, o tráfico de material nuclear, assim como o extremismo.

Em 1970 foi apresentado o “Relatório Davignon”, na Cimeira do Luxemburgo, que esteve na origem da criação da Cooperação Política Europeia³⁰, que foi apresentada no mesmo ano e que mais tarde viria a ser institucionalizada pelo Acto Único Europeu, no ano de 1987. Em 1974, a criação do Conselho Europeu trouxe uma melhor organização da Cooperação Política Europeia, em muito devido ao papel que os Chefes de Governo e de Estado desempenharam.

A Cooperação Política Europeia foi reforçada, quando os Estados-Membros começaram a ter consciência da falta de preparação que a Comunidade Europeia tinha para responder a perigos e ameaças, reforçada pela invasão do Afeganistão pela União Soviética e a revolução islâmica que ocorreu no Islão. Desta forma o Relatório de Londres foi adotado no ano de 1981, e tinha como medida levar os Estados-membros a consultar a Comissão Europeia sobre qualquer assunto relativo à política externa e que pudesse implicar de alguma forma todos os Estados-membros.

Mais tarde, com as mudanças introduzidas pelo Acto Único Europeu, foi possível institucionalizar a Cooperação Política Europeia e os objetivos desta foram aplicados a todas as questões que implicassem, de uma forma geral a

³⁰ A Cooperação Política Europeia tinha por objetivo a concretização de consultas entre os diversos Estados-membros relativas a questões de política externa.

política externa. Após tudo isto, a Conferência Intergovernamental sobre a União Política inseriu no Tratado da União Europeia, um título dedicado à Política Externa e de Segurança Comum, que substituiu a Cooperação Política Europeia e que expressou a necessidade e vontade dos Estados-membros se afirmarem como um todo no plano internacional.

A União Europeia beneficiava assim de uma Política Externa e de Segurança própria e que englobava todos os Estados-membros, permitindo que a posição da União como um todo fosse muito mais forte e tivesse um maior impacto ao nível do Sistema Internacional.

A Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia foi estabelecida pelo Tratado da União Europeia em 1993, com o objetivo “de preservar a paz, reforçar a segurança internacional, promover a cooperação internacional e desenvolver e consolidar a democracia, o Estado de direito, o respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais”.³¹

Esta política foi, ao longo dos anos reforçada por diversos tratados, como o de Maastricht, o de Amesterdão, o de Nice e, por fim, pelo Tratado de Lisboa. O Tratado de Maastricht, que entrou em vigor em 1993, assinalou a primeira referência realizada pelos Estados-membros relativa à política externa comum, contribuindo para o aprofundamento da União como um todo e introduziu o processo de co-decisão que permitia ao Parlamento ter um papel mais ativo no processo da tomada de decisão. Podemos dizer que foi a partir da entrada em vigor deste Tratado que a União Europeia se pôde fazer ouvir no plano internacional. Este tratado veio ainda criar um pilar correspondente às Disposições Relativas à Política Externa e de Segurança Comum.

O Tratado de Amesterdão, que foi estabelecido em 1997 e entrou em vigor em 1999, trouxe algumas modificações no que à Política Externa e de Segurança Comum diz respeito, criou um processo de decisão muito mais eficiente, com a votação para a maioria qualificada e com a abstenção construtiva, e criou a figura do Alto Representante³² para a Política Externa e de Segurança Comum, que tem como principais funções a “assistência ao Conselho em questões relacionadas com a PESC, contribuir para a sua formulação, preparação e

³¹ http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuld=FTU_6.1.1.html

³² A introdução deste cargo, introduzido pelo Tratado de Amesterdão, trouxe um grande reforço da visibilidade e da eficiência da política externa da União Europeia.

implementação de decisões e, quando considerado adequado, actuar em nome do conselho, a pedido da Presidência, na condução de diálogo político com países terceiros.”³³

Também o Tratado de Nice, que entrou em vigor no ano de 2003, não introduziu nenhuma novidade, mas tinha como objetivo principal reformar as instituições, para que a União Europeia conseguisse funcionar de forma eficiente com vinte e cinco países e introduziu métodos para mudar a organização da Comissão e redefinir o sistema que o Conselho utilizava para votação, além de ter reconhecido a existência de um comité de segurança e política.

2.2 Política Europeia de Segurança e Defesa

Desde cedo que existiu, na Europa, a necessidade de se criar um instrumento eficaz que permitisse a esta uma defesa e segurança comum, através do qual fosse possível intervir a nível político e militar. Desta forma, desde a década de 1970 que os Estados que integravam a Comunidade Económica Europeia debatiam entre eles os grandes desafios da política internacional, mas isto acontecia apenas ao nível intergovernamental. Esta colaboração que existia entre os diversos Estados acabou por ser institucionalizada com o Acto Único Europeu em 1986, apesar da natureza da mesma não se ter alterado. Com a entrada em vigor do Tratado de Maastricht³⁴ foi aberto caminho para o aprofundamento das políticas de segurança e defesa e dada a possibilidade para a Comunidade Europeia se fazer ouvir no plano internacional.

Mais tarde com o Tratado de Nice foram introduzidos dois comités, no domínio da Política Europeia de Segurança e Defesa, o Comité Militar da União Europeia e o Comité Político e de Segurança.

³³ REIS, Lílíana Domingues. (2014). *Política Comum de Segurança e Defesa: O Novo Desafio ao Processo de Integração da EU*. Tese de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais. Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, p. 171.

³⁴ Este Tratado introduziu também o sistema de três pilares, o primeiro compreendia as Comunidades Europeias, o segundo a Política Externa e de Segurança Comum e o terceiro a cooperação policial e judicial em matéria penal.

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em 2009, a Política Europeia de Segurança e Defesa passa a denominar-se de Política Comum de Segurança e Defesa e assume quatro dimensões essenciais, a criação do quadro da Cooperação Estruturada Permanente, a previsão de uma cláusula de assistência mútua e também de uma cláusula de solidariedade, a expansão das Missões de Petersberg e ainda a estruturação do Serviço Europeu de Acção Externa sob a autoridade do Alto Representante para a Acção Externa e a Política de Segurança.

A cláusula de solidariedade define que os Estados-membros são obrigados a auxiliar e assistir outros Estados, mas que são os próprios a determinar, através de uma decisão tomada internamente, o quanto poderão realmente ajudar. Estas medidas foram criadas com o intuito de prevenir que existam ameaças terroristas no território da União Europeia ou até mesmo em casos de catástrofes naturais, o que vem reforçar a união entre os Estados-membros.

A política externa praticada pela União Europeia passa essencialmente pela diplomacia, pelo denominado “soft power”, muito mais do que por uma ação mais militar, mais direcionada para o “hard power”, visto que a União Europeia não dispõe de forças armadas permanentes.

No âmbito do Tratado de Lisboa que foi instituído em 2009, veio trazer diversas alterações no que à Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia diz respeito, sobretudo com o objetivo de a tornar mais coerente e transparente, uma vez que agora as competências de cada elemento estão corretamente definidas, para que não voltem a existir conflitos de competências entre os Estados-membros e a União Europeia. O Tratado permitiu também aumentar a consciencialização dos Estados-membros e das pessoas para esta política.

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o papel do Parlamento ganhou uma nova importância, contribuindo ativamente para o desenvolvimento da Política Externa e de Segurança Comum. Os poderes orçamentais do Parlamento permitem definir a escala de dimensão da Política Externa e de Segurança Comum, assim como as ferramentas financeiras da União Europeia que suportam as atividades externas da mesma.

Este Tratado concedeu à União Europeia personalidade jurídica e eliminou a estrutura em pilares³⁵ que tinha sido introduzida pelo Tratado de Maastricht, permitindo assim à União exercer as suas competências e realizar tratados que se encontrem na área das suas competências. A Política Externa e de Segurança Comum pertencia ao segundo pilar na antiga estrutura da União Europeia e, apesar de esta ter sido eliminada pelo Tratado de Lisboa, os papéis desempenhados pelo Conselho da União Europeia e pelo Conselho Europeu mantiveram-se, assim como o princípio da unanimidade.

A estrutura em pilares e mesmo os distintos instrumentos utilizados na tomada de decisões, dificultavam a colaboração entre os Estados-Membros.

O Tratado de Lisboa trouxe diversas alterações para a Política Externa e de Segurança Comum. Alargou as responsabilidades do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, que acabou também por acumular as funções de Vice-Presidente da Comissão, criou também um novo Presidente permanente do Conselho Europeu e, ainda o Serviço Europeu para a Ação Externa³⁶. O Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança tem a responsabilidade de coordenar e guiar a Política Externa e de Segurança Comum, assim como a Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia.

A Política Comum de Segurança e Defesa foi criada pelo Tratado de Lisboa e faz parte da Política Externa e de Segurança Comum. Esta política veio substituir a Política Europeia de Segurança e Defesa³⁷ e procurar criar um enquadramento para a política da União Europeia, no que diz respeito à defesa e às forças armadas, tendo como grande objetivo a possibilidade de uma defesa europeia comum.

Relativamente à Política Comum de Segurança e Defesa, o Tratado de Lisboa não alterou o processo de tomada de decisão, no qual a unanimidade continua a ser vital.

³⁵ A estrutura em pilares foi criada pelo Tratado da União Europeia, em que o primeiro constituía a Comunidade Europeia, o segundo a Política Externa e de Segurança Comum e o terceiro a cooperação policial e judiciária em matéria penal.

³⁶ Foi instituído pelo Tratado de Lisboa. Está sob a autoridade do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e apoia o mesmo na elaboração da Política Externa e de Segurança Comum, nomeadamente no que diz respeito à Política Comum de Segurança e Defesa.

³⁷ A Política Europeia de Segurança e Defesa foi criada com o objetivo de dar uma resposta à incapacidade, por parte da União Europeia de conseguir unir esforços e trabalhar de forma coletiva como ator político, relativamente aos conflitos que existiram na Iugoslávia. Posteriormente tornou-se na Política Comum de Segurança e Defesa com o intuito de fornecer à União Europeia as capacidades e instrumentos para fazerem face às crises internacionais.

Ao longo dos anos foram criadas medidas e reformulados tratados, com o objetivo de reforçar a defesa e a segurança da União Europeia como um todo no plano internacional. Medidas essas que foram reformuladas com a instituição do Tratado de Lisboa, para além deste ter introduzido também novos elementos no que diz respeito à Política Externa e de Segurança Comum.

As alterações relativas ao Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, que acumula as funções de Vice-Presidente da Comissão, permitiram uma maior transparência e estabilidade (concedida pelo fim das Presidências rotativas), de planeamento e estratégia na aplicação das suas competências e entre os instrumentos da União Europeia. Esperemos que esta seja uma medida que traga de facto uma maior estabilidade e que não acabe por comprometer a capacidade de uma resposta rápida por parte da União Europeia a crises que possam vir a ocorrer.

Com efeito, este Tratado veio permitir que a União Europeia pudesse recorrer aos meios civis e militares numa maior variedade de missões relacionadas com a segurança e defesa, que podem ajudar na luta contra o terrorismo no território europeu ou até ajudar outros Estados na luta contra o mesmo no próprio território.

Precisamente, o Tratado de Lisboa, para além de todas as alterações que introduziu na política externa e de segurança europeia, teve também um papel fundamental, assim como a Estratégia 2020 ao reforçar a ideia da união como um todo, procurando mudar o foco de atuação europeia, de uma europa baseada na economia, para uma Europa de cidadãos e para uma Europa social, que procura conduzir o sentimento de pertença a uma entidade supranacional.

Com o fim da Guerra Fria e com a queda do Muro de Berlim, o conceito de segurança modificou-se e surgiu uma nova abordagem com a teoria do Construtivismo. Esta teoria veio introduzir novas questões no conceito de segurança que até aí não eram vistas como ameaças, como o aquecimento global, a saúde, o que levou a que os indivíduos ganhassem mais importância, o conceito de segurança já não estava unicamente relacionado com o Estado. A atenção dos Estados virou-se para outras áreas e a defesa e segurança começaram a perder terreno nas preocupações dos dirigentes. Exemplo disto mesmo é a Europa, cada vez mais preocupada com questões mais relacionadas com a educação, as alterações climáticas, entre tantas outras. Isto leva a que

não existam muitos desenvolvimentos ao nível das suas forças militares, no sentido de as melhorar e de as capacitar para enfrentar outras forças. Apesar disto as forças militares europeias estão presentes em zonas onde é necessário assegurar a paz e também em operações de treino em vários conflitos mundiais. Mas uma Europa com uma grande presença militar não será tão forte e tão influente a nível mundial como uma Europa próspera, integrada e sobretudo unida a uma só voz.

Capítulo 3 Transformações Geopolíticas e sua contextualização

3.1 O caminho para uma Nova Ordem Mundial

O fim da Segunda Guerra Mundial parecia trazer a promessa de uma nova fase a nível mundial, de uma nova era sem guerra. Mas a esperança dessa nova era, marcada pela paz depressa desapareceu, com o eclodir da Guerra Fria que opôs as duas grandes potências, os Estados Unidos da América e a URSS.

O ano de 1989, no qual se deu a queda do muro de Berlim, é visto como um marco para a história mundial e como o fim da Ordem Mundial até então vigente, a bipolaridade.

Com o fim da Guerra Fria e com a dissolução da União Soviética, formaram-se novas fronteiras, assistiu-se ao declínio de uma Ordem Mundial e ao início de outra, com apenas uma grande potência mundial, os Estados Unidos da América. Prova disso mesmo é a intervenção militar liderada pelos mesmos contra o Iraque, considerado como “o primeiro sinal da emergência da América como única superpotência sobrevivente da Guerra Fria.”³⁸ Nesta altura a União Europeia e a Rússia viram-se forçadas a adaptarem-se à nova realidade, sendo este um período de mudanças profundas, com a União Europeia a dar um novo impulso ao processo de integração e a alargar a sua esfera de influência.

Os acontecimentos trágicos do 11 de Setembro de 2001 não alteraram a ordem no sistema internacional, mas acabaram por fortalecer a posição e o poder que os Estados Unidos da América tinham no mundo nesta altura.

Com o colapso da União Soviética, a Rússia fez todos os esforços para não perder os espaços de influência que a URSS tinha, mas com o fim da Guerra Fria e com a reunificação da Alemanha as esperanças russas desvaneceram-se. Desde desta altura que a Rússia falha ao não conseguir que o Ocidente vá ganhando terreno e influência e vê isso como uma ameaça.

O ano de 2004 ficou marcado pelo novo alargamento da União Europeia no antigo espaço de influência da União Soviética, confirmando assim a intenção, por parte do Ocidente de alargar a sua esfera de influência para o leste

³⁸ DE PEZARAT CORREIA, Pedro, *Manual de Geopolítica e Geoestratégia, volume II: Análise Geoestratégica do Mundo em Conflito*, Coimbra, Edições Almedina, 2010, p. 70.

Europeu, o que por outro lado também destaca a importância de melhorar e aprofundar as relações com a Rússia.

Com o avanço europeu em territórios que anteriormente pertenceram à Rússia, com a Parceria Oriental da União Europeia, Vladimir Putin criou uma União Euroasiática em contrapartida, no final de 2011.

Integrada na Política Europeia de Vizinhança, a Parceria Oriental da União Europeia foi criada com o objetivo de fortalecer a integração económica e a cooperação política, com seis diferentes países, o Azerbaijão, a Arménia, a Geórgia, a República da Moldávia, a Bielorrússia e o país mais disputado entre os dois lados, a Ucrânia que atravessa, já há alguns anos, diversos problemas sendo um deles a fraca coesão a nível interno.

A Rússia pretende ganhar a importância que outrora teve e conseguir um lugar de destaque e de influência na ordem mundial, não quer ficar isolada nem depender ou seguir ordens de outros países. Tudo isto é demonstrado pelas diversas ações que a Rússia tem tido ao longo dos últimos tempos, como a crise na Ucrânia, a tentativa em desestabilizar os Estados Bálticos, a participação no grupo denominado BRICS e a criação de uma União Económica Euroasiática.

Já a China, por sua vez, é vista por diversos estudiosos como a potência que poderá fazer frente e desafiar o poder que os Estados Unidos da América têm no mundo, não só pela sua dimensão territorial e populacional, mas também pelo seu elevado crescimento económico.

O reposicionamento geoestratégico por parte dos Estados Unidos da América, para a região da Ásia – Pacífico demonstra a clara preocupação por parte do governo norte-americano, relativamente à ascensão do poder da China nessa mesma região.

3.2 A revisão da estratégia securitária europeia

O panorama mudou e muito ao longo dos últimos anos, ao nível internacional e também relativamente aos parâmetros de segurança, surgiram novas ameaças, novos desafios e igualmente uma mudança na natureza dos conflitos que o mundo ia presenciando. Dentro desses conflitos está a questão

da Síria, a crise dos refugiados, a crise da Ucrânia e a anexação da Crimeia por parte da Rússia, a crise de 2008 e o impacto que teve em diversas partes do mundo, a ascensão de economias emergentes como é o caso da China e até o fim do momento unipolar dos Estados Unidos da América. Com todas estas crises e conflitos, “Desde a queda do Muro de Berlim (1989), do desmoronamento da União Soviética (1991) e dos ataques do 11 de Setembro (2001) (...) o mundo tem constantemente ambicionado por uma nova ordem mundial que recolocasse o lugar do homem e das relações internacionais num equilíbrio entre a existência e o tempo.”³⁹ Isto porque o curso das relações internacionais e da ordem mundial mudou, o que leva a que seja necessário alterar a abordagem até aqui utilizada, de forma a fazer frente aos novos desafios que assolam, não só a Europa, mas também o mundo.

A Europa foi forçada a rever a sua estratégia de segurança, uma vez que as suas fronteiras se encontravam em constante transformação, quer a Este, quer relativamente ao Norte de África, como também ao Médio Oriente. Surgiram ameaças que não foram imediatamente consideradas como importantes e que a Europa começou por não levar a sério.

Apesar de tudo isto, foi em 2003 que se concretizou a primeira adoção da Estratégia Europeia de Segurança, a primeira tentativa, anterior aos últimos alargamentos, por parte da União Europeia de realizar um documento que descrevesse a estratégia global. Porém, esta era uma altura complicada devido a todo o desentendimento entre os Estados Unidos da América e o Iraque, devido aos ataques de 11 de setembro de 2001.

Os acontecimentos dos últimos anos ao nível do panorama internacional têm-nos mostrado que estamos perante uma nova era, muito provavelmente de uma nova ordem mundial, na qual os centros de poder se alteram e onde começam a surgir novos atores internacionais. Por isso mesmo é natural que surjam algumas questões relevantes quanto ao futuro, como por exemplo, será a União Europeia capaz de ultrapassar os problemas internos e ao mesmo tempo

³⁹ MARTINS, Marco António Baptista, *Os BRICS e as Relações Internacionais Numa Perspectiva da Autopoiese*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2017. ISBN 978-989-755-281-6, p. 15.

fortalecer a sua posição a nível internacional; como será a relação entre a China e os Estados Unidos da América, uma vez que a China procura tornar-se na grande potência do continente asiático e os Estados Unidos querem impedir que isso aconteça, não querem que nenhuma potência a nível regional ganhe poder naquela que é uma região tão importante para os seus interesses geoestratégicos.

Mas antes de ser possível responder a essas perguntas tão pertinentes, torna-se necessário compreender a conjuntura internacional contemporânea, como é que chegámos até aqui, em que tipo de sistema vivemos nós. Como já foi referido anteriormente, a Segunda Guerra Mundial alterou toda a estrutura da política internacional, pondo fim ao mundo multipolar e dando início ao sistema bipolar que iria marcar a nova ordem mundial, com os Estados Unidos da América e a União Soviética como as duas únicas potências mundiais.

Com o fim da Guerra Fria o mundo mudou novamente, passou a existir apenas uma potência mundial, os Estados Unidos da América, estávamos perante um sistema unipolar⁴⁰, o que não significa que os Estados Unidos da América pudessem impor a sua vontade e forçar os restantes países a agirem de acordo com os seus ideais, não significa que sejam maiores em termos de força militar do que outros países juntos, mas são de facto a única potência reconhecida mundialmente. Prova disso mesmo é “a intervenção militar contra o Iraque com o nome de código Tempestade no Deserto”, que seria visto como “o primeiro sinal da emergência da América como única superpotência sobrevivente da Guerra Fria”⁴¹.

A grande questão que se impõe hoje é se ainda estaremos perante a unipolaridade ou se estamos já na multipolaridade ou a avançar para a mesma ou até para um mundo com diversos centros de poder, a diferentes níveis, tornando-o multicomplexo.

Durante anos os Estados Unidos da América tiveram a oportunidade de influenciar diversas situações, afinal eram a única potência mundial, mas o panorama internacional está a mudar, existem novos países a quererem impor a sua presença na cena internacional, tanto a nível político como económico,

⁴⁰ Um sistema Unipolar é composto apenas por uma grande potência mundial.

⁴¹ DE PEZARAT CORREIA, Pedro, *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – volume II, Coimbra, Edições Almedina*, 2010, p. 70. ISBN 978-972-40-4257-2

que irão certamente mudar toda a configuração da política mundial, como a China, que representa um dos desenvolvimentos geopolíticos mais importantes dos últimos anos e os restantes países que formam os BRICS, mas por outro lado vemos a Europa a enfrentar novos desafios, talvez dos maiores de sempre que põem em causa o funcionamento da União como um todo e todos os princípios que estiveram na base da sua criação, desde a crise financeira, à crise dos refugiados, ao BREXIT e a um crescimento do populismo, a ver a sua posição enfraquecida internacionalmente.

Apesar de todos os problemas que a União Europeia enfrenta atualmente, nada é mais importante do que a união dos Estados e de voltar a lembrar o porquê da sua criação, a importância que teve e que ainda hoje tem, até porque como afirma Andreia Soares, a União Europeia representa mais do que um simples projeto económico, é igualmente um projeto de democracia, liberdade, de paz e de união.

O populismo não está apenas a crescer na Europa, está também bem presente na América, prova disso mesmo é o resultado das últimas eleições norte americanas, com a eleição de Donald Trump que representa “a abertura de uma nova era na procura do reequilíbrio mundial, sobretudo nas relações triangulares entre os Estados Unidos da América, a Rússia e a República Popular da China face ao enfraquecimento da União Europeia”⁴².

. O crescente populismo que se tem registado nos últimos tempos resulta do descontentamento sentido pela população, cansada de fazer sacrifícios sem ver qualquer tipo de recompensa, numa época em que os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Estamos assim a testemunhar a “widespread rejection of globalization and international involvement and, as a result, a questioning of long-standing postures and policies, from openness to trade and immigrants to a willingness to maintain alliances and overseas commitments”⁴³.

A China anteriormente aceitou e integrou-se no sistema internacional existente, mas depressa decidiu mudar de posição e deixar de obedecer e de se reger pelas regras impostas pelas nações mais industrializadas, decidiu que

⁴² <https://www.publico.pt/2017/01/16/mundo/noticia/ciberseguranca-era-trump-20-1758375>

⁴³ HAASS, Richard, *A World in Disarray: American Foreign Policy and the crisis of the old order*, New York, Penguin Press, 2017. ISBN 9780399562365

estava na altura de ser mais proactiva a defender os seus interesses. Rege-se por uma forma de fazer negócios distinta dos demais países, assim como a composição da sua economia e a sua presença internacional são também distintas. É um dos países a ter em atenção e que podem mudar toda a ordem mundial. Desde o fim do maoísmo e da Guerra do Vietnam que a China reabriu o seu sistema económico e faz das suas ligações diplomáticas e comerciais a sua arma principal.

A China aproveitou a crise da Europa, o facto de países como Portugal, Espanha e a Grécia estarem a enfrentar uma grave situação financeira para exercer a sua influência, em 2010 comprou títulos do governo grego em troca de um contrato de arrendamento do Porto de Pireus, por onde passa a nova rota da seda que pretende ligar a China à Europa economicamente.

A Europa é vista como uma das grandes potências a nível mundial, e a “partir da Segunda Guerra Mundial a Europa passou tendencialmente de ator a sujeito das relações internacionais”⁴⁴, mas ainda assim enfrenta diversos problemas de segurança a nível externo, sendo um dos maiores a Rússia, que mantem o desejo de voltar a ser uma grande potência mundial, voltar a ter um lugar de destaque e de poder no plano internacional e representa também o maior fornecedor de gás natural, a fonte vital da sua economia.

Ao longo dos anos os Estados Unidos da América têm sido uma “presença” constante na Europa, o que já não acontece atualmente, uma vez que os interesses americanos estão mais virados para a região da Ásia – Pacífico.

A grande questão que se impõe com todo o crescimento que estes países têm registado nos últimos tempos e a visibilidade internacional que têm ganho, particularmente a China, é se conseguirão “preencher todos os requisitos” que se associam aos de uma grande potência mundial e conquistar uma posição relevante a nível internacional, o suficiente para alterar todo o sistema político existente até hoje e dar início a uma Nova Ordem Mundial.

A União Europeia enfrenta diversos problemas, tanto ao nível externo, como ao nível interno, não consegue estar unida, a uma só voz, as crises

⁴⁴ FERNANDES, Sandra Dias, *Europa (In)Segura. União Europeia, Rússia, Aliança Atlântica: A Institucionalização de uma Relação Estratégica*, Estoril, Príncipeia, 2006, p. 25.

económicas aliadas a uma má governação trazem também consequências negativas, divisões internas, os ataques terroristas, a instabilidade no Médio Oriente e os fluxos migratórios mesmo nas fronteiras da Europa. Com todos estes problemas e conflitos podemos afirmar que a União Europeia está perante um futuro incerto, não se sabe se irá recuperar a visão de paz e união que transmitia para o exterior, se valerá a pena lutar por aquele que foi considerado como um dos projetos mais ambiciosos, se ainda todos os Estados-membros estão dispostos a lutar pelo Projeto Europeu.

Vivemos em tempos de mudança, de incerteza quanto ao futuro, numa ordem dentro da desordem do sistema internacional, onde novos atores tentam encontrar e marcar o seu lugar na arena global e fazer frente às grandes potências, revelando que mais do que nunca é necessário encontrar um equilíbrio na balança de poderes.

As eleições norte-americanas vieram “agitar as águas” da política internacional, virando assim a página no livro das relações internacionais, para além da ascensão de novos atores que vêm desafiar a ordem ou desordem em que vivemos.

Com a alteração do centro de poder para o Oriente, os países ocidentais deixam de ter a mesma influência nas regras pelas quais o sistema internacional se rege, tornando-se mais complicado de defender e proteger os seus interesses e promover os seus valores, alterando também a natureza das relações entre as duas partes do mundo. As economias emergentes procuram mudar o rumo da política internacional e também das instituições internacionais, de forma a que adotem igualmente os novos valores e as novas posições presentes no sistema internacional.

O ano de 2014 ficou marcado por diversos acontecimentos, especialmente a anexação da Crimeia pela Rússia numa tentativa de travar o avanço do Ocidente na antiga região de influência russa. Foi também durante esse mesmo ano que a China reivindicou algumas áreas do Mar do Sul da China, tendo estado envolvida em conflitos com o Vietnã e as Filipinas com o objetivo de controlar pequenas ilhas.

Nos últimos anos têm surgindo novas economias emergentes, os BRICS, que procuram deixar a sua pegada no mundo, mas não o conseguirão fazer enquanto não forem um grupo unido e forte, não possuem as capacidades

necessárias para gerirem o mundo sozinhos. Muitos dos países que formam o acrónimo BRICS, enfrentam diversos problemas internos até ao nível regional, não têm legitimidade perante os países vizinhos, ainda não conseguiram alcançar esse patamar, muito menos conseguirão atingir o da liderança mundial. Alguns destes países fazem têm conseguido realizar a ação oposta, em vez de criarem laços e afirmarem a sua liderança perante os países vizinhos, criam conflitos e problemas com os mesmos. Tanto a Rússia com a anexação da Crimeia e a China com toda a questão que envolve o Mar do Sul da China, são claros exemplos disso mesmo.

Capítulo 4 O início de uma nova era?

4.1 O reposicionamento dos Estados Unidos da América: entre crises internacionais

Após o fim da Guerra Fria o mundo bipolar, no qual existiam duas potências que dominavam a ordem mundial, os Estados Unidos da América e a URSS, chegou ao fim. Tinha então início uma nova ordem mundial, a unipolaridade, onde a única potência hegemônica presente no mundo eram os Estados Unidos. Estes tinham agora, mais do que nunca, uma posição privilegiada em relação aos restantes, podiam influenciar a ordem no mundo.

Mas como nada é eterno e no mundo das relações internacionais tudo pode mudar, tudo se pode alterar num dado momento e foi exatamente isso que aconteceu nos últimos anos. Os Estados Unidos da América sofreram, talvez, o maior ato terrorista com o ataque ao World Trade Center a 11 de Setembro de 2001. Este foi um acontecimento que mudou a direção do mundo e que originou guerras violentas sem fim aparente, acabando mesmo por alterar toda a estratégia dos Estados Unidos da América em termos de política.

Com o avançar dos anos começaram a surgir novos atores no panorama internacional, à espera de conquistar o seu cantinho no mundo, o que veio alterar a ordem mundial mais uma vez. Deixou de existir um sistema internacional com apenas uma potência e passaram a existir várias, começava assim o mundo multipolar e o centro de poder começava também a sofrer alterações, a deslocar-se mais para o Oriente.

Como todas as mudanças e alterações no rumo da política externa, a grande questão que se impõe é se os Estados Unidos conseguirão manter a influência que ainda exercem no mundo e até recuperar mais alguma, ou se por outro lado, vão perder cada vez mais? Só o tempo poderá ajudar a responder a essa questão em definitivo, mas é extremamente claro que o Ocidente está a perder relevância em relação ao Oriente, tanto que os interesses geoestratégicos americanos foram deslocados para a área da Ásia – Pacífico.

Os Estados Unidos da América atingiram um patamar onde já não possuem a capacidade de influenciar o mundo como há uns anos atrás, no auge

do seu poder, atualmente não conseguem fazer frente aos diversos desafios atuando sozinho, necessita dos restantes atores.

4.2 Emergência dos BRICS

Num mundo cada vez mais imprevisível, onde reina a insegurança, o medo e onde se navega perante o desconhecido, no meio da desordem, porém a tentar que o mundo venha a ter ordem novamente. Sendo que esta nova ordem será marcada pela ascensão de novos atores no panorama internacional, que fazem questão que o mundo não tenha uma visão marcadamente ocidentalizada. Estes novos atores são denominados de BRICS, tendo sido Jim O'Neill quem chamou a atenção para a importância dos mesmos, realçando o incrível crescimento da China e da sua importância para a economia mundial.

Este grupo de países formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, países que ainda apresentam acentuadas desigualdades, que não possuem valores, culturas ou religiões comuns uns aos outros, mas têm em comum a crescente capacidade económica e a defesa da soberania.

Os BRICS têm uma participação na arena global, tanto no campo económico, como no campo político. No que diz respeito ao campo político pretendem que se forme uma nova ordem mundial, na qual os Estados Unidos da América não ditem as regras nem sejam considerados como a potência dominadora.

A China, que se insere “na qualidade de Estado autoritário de economia capitalista e igualmente possuidora de um enorme mercado de consumidores”⁴⁵; pelo Brasil que possui uma grande área regional; pela Rússia que “constitui um fator chave em termos energéticos e no quadro da estabilidade da política internacional”⁴⁶; pela Índia que se destaca “como a maior democracia mundial e potencial mercado de consumidores”⁴⁷ e ainda pela África do Sul, “pelo facto das indústrias, cidades, aeroportos e sistemas telefónicos serem comparáveis aos

⁴⁵http://observare.autonoma.pt/conference/images/stories/conference%20images%20pdf/S1/Marco_Martins.pdf

⁴⁶Ibid

⁴⁷Ibid

da Europa e o sucesso económico aos países asiáticos.”⁴⁸ Todos estes países têm ganho cada vez maior relevância a nível internacional, tanto a nível económico como político, devido ao seu crescimento acelerado, especialmente o Brasil, a Índia, e a China, apesar destes dois últimos continuarem a enfrentar graves problemas internos.

Apesar de todos os problemas de ordem interna estes países pretendem deixar a sua marca na arena global e alterar o rumo da política internacional, sendo que “...o Brasil pretende que se proceda a uma reforma profunda do sistema financeiro internacional de forma a corresponder à nova dinâmica do mercado internacional, onde se exige um maior controlo por parte do estado em relação aos mercados. A Rússia visa a criação de uma nova ordem económica global onde haja equilíbrio e estabilidade na obtenção de IDE e na identificação de novos nichos de mercado.”⁴⁹ Por outro lado, “...a Índia a curto prazo visa acompanhar o ritmo de crescimento económico da China, de forma a prosseguir a política de integração na sociedade dos mais desfavorecidos”. A “China, a curto prazo, tem por objectivo o combate à corrupção, e que o consumo venha a ser estimulado para recuperar a taxa de crescimento a dois dígitos.”

Todos os países que formam os BRICS “...encontram-se localizados em regiões geopoliticamente estratégicas que permitem reivindicar um lugar na liderança mundial que trave a continuidade das intenções hegemónicas e a influência dos Estados Unidos na transmissão e na aplicação de políticas unidireccionais.”⁵⁰

Desde o ano de 2003 que a União Europeia procura aprofundar relações com os países que constituem os BRICS, primeiro com a Rússia em 2003, no ano seguinte com a Índia e a China e, por fim, em 2007 com o Brasil e a África do Sul. Os BRICS constituem o maior parceiro comercial da União Europeia e esta é, igualmente, o maior parceiro comercial e também de Investimento Direto Estrangeiro dos BRICS.

⁴⁸ http://observare.autonoma.pt/conferencia/images/stories/conferencia%20images%20pdf/S1/Marco_Martins.pdf

⁴⁹ MARTINS, Marco António Baptista, *Os BRICS e as Relações Internacionais Numa Perspectiva da Autopoiese*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2017. ISBN 978-989-755-281-6, p. 59-60.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 67.

Estas economias emergentes⁵¹ conseguirão impor ou ajudar a impor uma nova ordem, desafiando o domínio ocidental, ou por outro lado provocar uma desordem ainda maior? A resposta a esta questão só o tempo nos poderá dar, mas até agora está provado que estas economias emergentes vieram agitar as águas do sistema internacional e pretendem desafiar o domínio do Estados Unidos da América e das restantes potências ocidentais, mostrando que países com um nível de desenvolvimento mais baixo e ainda com problemas internos podem vir a ocupar uma posição na arena global.

Dada toda a diversidade de culturas, costumes e até de interesses individuais existe ainda “... uma reconfiguração da urbanização que de certo modo indica e projecta a imagem de dois mundos opostos, por um lado, os incluídos no processo e, por outro lado, os excluídos do sistema.”⁵² Será legítimo pensar que uma união dos países que formam os BRICS seria de todo improvável, mas o certo é que estes países tem um objetivo e um interesse comum, alcançar uma posição relevante na política internacional, através da qual consigam ter influência no equilíbrio político e também geoestratégico, para além de diminuir a intervenção dos países ocidentais nos países menos desenvolvidos.

Apesar de revelarem uma grande capacidade económica, os BRICS têm ainda um longo caminho a percorrer para fazerem frente à influência e ao poder que os Estados Unidos da América e a União Europeia têm no plano internacional.

De entre os BRICS, refira-se o grande crescimento revelado pela China nos últimos anos tem tido um impacto bastante significativo nas relações internacionais, para além de ser visto como o desenvolvimento geopolítico mais relevante dos últimos tempos.

A China tem evoluído ao longo dos anos e chegou mesmo a ultrapassar alguns países, como o Japão, tornando-se na segunda economia mundial. Mais

⁵¹ A Rússia acaba por não ser considerada como uma economia emergente, uma vez que já é vista como uma potência.

⁵² MARTINS, Marco António Baptista, *Os BRICS e as Relações Internacionais Numa Perspectiva da Autopoiese*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2017. ISBN 978-989-755-281-6, p. 71.

tarde, em 2013 consagrou-se como o maior exportador a nível mundial e também no maior importador de petróleo.

Apesar do seu grande crescimento económico registado nos últimos anos, a China enfrenta ainda diversos problemas a nível interno, com algumas áreas ainda muito pouco desenvolvidas, o que a torna num país de contrastes. No entanto defende e pratica uma cultura coletiva, onde o interesse coletivo tem mais valor do que o individual.

Como acontece com a Rússia, a China não se integra nas diversas instituições ocidentais, chegando mesmo a sentir-se excluída, muito pelo facto de não se identificar com os vários conceitos que o Ocidente adota, nomeadamente a democracia, o respeito pelos direitos humanos e a intervenção humanitária. Apesar de existir este afastamento ou desentendimento, é importante que mantenha uma boa relação com o Ocidente, uma vez que o grande poder de compra que o mercado europeu tem é fundamental a economia chinesa.

O grande objetivo da China é ocupar um lugar de destaque na arena internacional e fazer face ao poder e à influência do Ocidente, principalmente à hegemonia dos Estados Unidos da América, visto que é exatamente entre estes dois países que se encontra o principal desafio geopolítico. Mas também não nos podemos esquecer que antes de esta se tornar uma grande potência a nível mundial, será uma grande potência a nível regional. Para que isto aconteça é necessário que esta seja uma zona com estabilidade financeira e também política, o que não acontece.

Ao longo dos anos a China teve diversos presidentes, mas é agora com Xi Jinping que enfrenta as mais diversas situações e desafios para que consiga alcançar o poder tão desejado numa zona estratégica, o mar do sul da china. Xi Jinping procurou que o poder estivesse mais centralizado, para evitar qualquer orientação ou adoção das políticas ocidentais, reforçou a economia, nomeadamente ao nível da produção e da inovação, criou uma campanha para fazer frente à corrupção e ainda se comprometeu em receber empresas privadas.

O mar do sul da China tem suscitado muito interesse e representa uma das áreas mais importantes em termos geoestratégicos, tendo sido exatamente devido à sua relevância que os Estados Unidos da América deslocaram os seus

interesses externos para esta zona. A China tem conflitos com muitos dos países que rodeiam esta áreas tão importantes, levando a que esses países estejam mais abertos a negociar com o Ocidente, mais especificamente com os Estados Unidos.

As políticas adotadas pelos dirigentes chineses, acabam por refletir, muito à semelhança da Rússia, um certo egoísmo e individualismo, numa ótica realista.

4.3 As Ameaças e os Conflitos intra e extra-União Europeia:

4.3.1 Crise dos Refugiados

Em termos de política externa e de segurança a União Europeia pode não estar tão avançada como outras potências, não tendo forças armadas tão evoluídas e tão bem coordenadas, e optar mais pela via da diplomacia, da prevenção de conflitos e da manutenção da paz, mas procura sempre proteger as suas fronteiras e assegurar a estabilidade e uma boa relação com os países vizinhos. Por isso mesmo foi criada a Política Europeia de Vizinhança, que engloba países meridionais e orientais.⁵³ Esta “é uma política bilateral entre a UE e cada país parceiro”⁵⁴, da qual fazem parte iniciativas de ajuda multilateral e regional, como a Parceria Oriental e a Parceria Euro-Mediterrânica.

A Política Europeia de Vizinhança tem como objetivo reforçar a estabilidade, a prosperidade e a segurança dos países vizinhos, ou seja, acaba por adotar uma relação de privilégio para com os mesmos, onde existe um compromisso conjunto no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, a uma boa governação, ao respeito pelos direitos humanos, à democracia e a uma economia de mercado.

Esta política não está diretamente relacionada com o processo de alargamento da União Europeia, tendo sido revista no ano de 2011, dado que a situação nos países árabes não era a mais favorável, tendo sido adotado como

⁵³ Engloba a Arménia, o Azerbaijão, a Argélia, a Moldávia, a Bielorrússia, a Geórgia, Israel, o Egipto, a Palestina, a Síria, a Jordânia, o Líbano, a Líbia, a Ucrânia e a Tunísia.

⁵⁴ http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuld=FTU_6.5.4.html

objetivo fulcral uma democracia firme e sustentável e um desenvolvimento económico inclusivo.

Devido aos diversos conflitos que têm ocorrido em países como o Iraque, a Síria, o Afeganistão e a Somália, mais de 65 milhões pessoas têm-se deslocado das suas terras para fugir ao terror, à guerra, à fome, à violência e mesmo à morte, viajando para a Europa, tanto por mar como por terra⁵⁵ e muitas vezes em situações perigosas e extremamente arriscadas.

Esta tem sido uma crise sem precedentes, devido ao número elevado de pessoas que se têm deslocado para conseguirem sobreviver, apesar de muitas delas não conseguirem alcançar o seu destino. Isto porque, na maioria das vezes, viajam sem as mínimas condições, chegando completamente desesperados à Europa e a necessitar de cuidados médicos, água, abrigo e também ajuda judicial.

Com a Europa a presenciar várias tragédias humanas nas suas fronteiras e sendo esta uma crise de enormes proporções, “It’s not a scene from a horror movie, it’s a real-life tragedy that is taking place today at the gates of Europe”⁵⁶ e por isso mesmo a União Europeia procurou criar mecanismos para a combater e ajudar da melhor forma os refugiados e ao mesmo tempo não comprometer a sua segurança⁵⁷. Neste sentido foi criada a Agenda Europeia para a Migração⁵⁸, procurou-se criar novas abordagens baseadas na solidariedade e na confiança mútua, de forma a que estas pessoas também consigam ter melhores condições e se sintam acolhidos, uma vez que esta é uma experiência que envolve “a complex mix of physical and psychological factors that are intimate, profoundly personal and heavily mediated by the life experiences of the individuals involved. Refugees come to us and respond to us not as a sequence of needs, but as a whole person”.⁵⁹

⁵⁵ Entram pelo Mediterrâneo, pela Itália e pela Grécia.

⁵⁶ <https://www.aljazeera.com/news/2017/05/20-refugees-drown-due-overloaded-vessel-170524113536023.html> (consultado a 16 de Setembro de 2018)

⁵⁷ Com a falta de controlo em muitas das fronteiras europeias, estas situações são muitas vezes vistas como uma oportunidade para a entrada de terroristas no espaço europeu, por isso mesmo existe a necessidade de criar medidas que impeçam a entrada dessas pessoas e que consigam identificar também redes de tráfico.

⁵⁸ Esta iniciativa veio marcar o início dos esforços europeus, com o objetivo de proteger as pessoas e ao mesmo tempo incentivar a solidariedade entre os vários Estados-membros.

⁵⁹ Wordsworth, 2017

A crise dos refugiados representa um grande desafio para a Europa, mas ao mesmo tempo representa também uma oportunidade, uma vez que esta enfrenta problemas demográficos, com uma população mais envelhecida já não estando na idade de trabalhar. Por isso mesmo esta é uma altura em que a União Europeia deve transformar um problema numa oportunidade e criar políticas que sejam atrativas para trazer trabalhadores para a economia europeia, desde tornar mais fácil a entrada em território europeu até ao reconhecimento das qualificações

4.3.2 Crise da Ucrânia

A crise da Ucrânia vem influenciar bastante a forma como a Rússia encara o futuro e o que está disposta a fazer para mostrar que tem poder, consegue impor a sua vontade e influência, assim como também representa um teste à estabilidade da União Europeia. De ambos os lados existe a vontade de destruir o outro, o ocidente procura enfraquecer a posição da Rússia na Europa e a Rússia tenta impedir a expansão da NATO e da União Europeia.

Esta crise veio mostrar que a Europa já não consegue proteger os seus interesses da mesma forma que conseguia há uns anos atrás, está muito centrada no soft power que acabou por esquecer que o hard power por vezes também é um recurso necessário. Talvez a Europa tenha chegado a uma fase em que acabou por, de alguma forma, permitir que a Rússia conseguisse chegar tão longe e ter todo este impacto, ou como Vladimir Putin afirmou, o Ocidente tornou-se fraco, o que lhe permitiu ter espaço para agir.

A Carta de Paris, assinada em 1990 pelos Estados Unidos da América, a Rússia e por países europeus, vinha estabelecer uma nova Europa, mais unida, onde a força militar não seria utilizada para resolver conflitos e onde as escolhas económicas e políticas dos vários países seriam respeitadas. Com o irromper desta crise na Ucrânia, a ordem estabelecida por esta carta chegou ao fim, com a Rússia a quebrar praticamente todos os acordos estabelecidos na mesma.

A crise da Ucrânia é interpretada como uma oposição russa à política e interesses da União Europeia, uma tentativa de combater e impedir a integração económica nas fronteiras russas, que são claramente vistas como ameaças por

Vladimir Putin. Como justificações para a anexação da Crimeia, Putin referiu que num referendo, onde a maioria da população participou, 96% revelou interesse em pertencerem à Rússia. Outra das razões é a influência que a União Europeia poderia vir a ter no território que pertenceu ao antigo Império Soviético e também a possibilidade da Ucrânia se ligar à NATO. Vladimir Putin chegou mesmo a acusar o Ocidente de ser hipócrita e de não concordar em cooperar com a Rússia.

Este conflito acabou por ter como consequência a fragmentação do país, onde existe uma sociedade dividida em diversos aspetos, como a religião e a política. A Ucrânia é um país fraco e bastante suscetível à influência estrangeira, existem muitos cidadãos que não querem a presença da União Europeia no seu território, o que resulta da pressão que a Rússia exerce no país. Acabam por estar duas ordens em permanente conflito, a tradicional e a que foi criada pela Rússia.

A União Europeia olha para a Rússia como um parceiro estratégico ou até como um adversário que deve “manter debaixo de olho”, já a relação com a China é bem diferente. Esta é vista como uma oportunidade no que diz respeito ao comércio, pode ser um aliado de peso nessa matéria. Apesar da Rússia não ter uma economia nem um exército forte, está determinada em dar uso ao seu poder e recuperar a “antiga glória”, deixando a sua marca no mundo e procurando impedir o avanço do Ocidente.

A crise na Ucrânia veio iniciar uma nova fase na política entre o Oriente e o Ocidente, mostrando que não podemos apostar apenas no soft power, que o hard power e as high politics são ainda bastante necessárias na resolução de alguns conflitos. Para além de ter originado uma batalha entre esta e o Ocidente que acabou por, consequentemente, levar a sanções impostas por ambas as partes.

Em abril de 2014 foi acordado um cessar fogo entre a Ucrânia, a União Europeia e os Estados Unidos da América, que acabou por não ser respeitado. Meses mais tarde, em setembro existiram novas tentativas de cessar fogo com o Protocolo de Minsk, mas acabou por ter o mesmo desfecho.

Mais uma vez a Europa provou não estar à altura do desafio, não tendo lidado com toda esta crise que ocorreu na Ucrânia da forma mais assertiva, onde

não existiu qualquer recurso ao poder militar direto, apesar de durante a mesma a Rússia ter realizado exercícios com tropas na fronteira da Ucrânia.

Se existe alguma leitura de toda esta situação entre a União Europeia e a Rússia é que a Política Europeia de Vizinhança necessita de algumas modificações, nomeadamente ao nível da segurança, não podemos (enquanto Europa) querer oferecer certos benefícios a certos países sem garantir a devida segurança.

4.3.3 Anexação da Crimeia

A relação entre a União Europeia e a Rússia nem sempre foi linear e com a crise da Ucrânia e a anexação da Crimeia, onde a lei internacional foi infringida, acabaram por ficar mais complicadas, nomeadamente com a aplicação de sanções económicas, tanto de um lado como de outro, que resultaram em implicações nos custos e nos benefícios.

A União Europeia tornou-se bastante dependente da Rússia devido às importações de gás natural e petróleo, o que acaba por deixar a Europa também “sob fogo” pelo facto de não existir consenso em diversos conflitos com a guerra civil na Síria e a questão nuclear no Irão. Aliás, o 11 de Setembro marca uma clara melhoria das relações russas com os Estados Unidos da América e confere um novo impulso da vertente pró-ocidental da política externa russa.

A Rússia deve dar prioridade à relação que tem com a Europa e até fazer de tudo para a fortalecer, uma vez que a Europa é o parceiro económico mais importante da Rússia.

A NATO constitui um elemento de uma certa convergência nas relações entre a União Europeia e a Rússia, nomeadamente devido ao facto de se ter imposto como vetor da segurança europeia e também porque a União Europeia é um ator internacional complexo, que se tem que sujeitar aos meios da NATO. Assim esta torna-se num vetor de extrema importância e definidor da relação entre estas duas potências.

Os objetivos da política externa russa dividem em duas partes, por um lado a Rússia procura continuar com o movimento de integração no espaço Ocidental. Por outro lado, a Rússia procura uma reafirmação da sua soberania, da segurança interna e da defesa da integridade territorial.

A Ucrânia e a Rússia estiveram e irão continuar a estar ligadas pela história, até porque algumas das batalhas mais importantes pela liberdade da Rússia ocorreram na Ucrânia, para além da ligação cultural, económica e religiosa. A Ucrânia é marcada por uma história complexa e por um país que fala diferentes idiomas, assim como a Crimeia, onde 60% da população é russa.

A anexação da Crimeia por parte da Rússia pode ser vista de diversas formas, poderá ter sido influenciada pela expansão da NATO nas fronteiras da Rússia, o que não ia de encontro aos interesses desta, muito menos que a Ucrânia se pudesse juntar à NATO. Ou pode ainda ser interpretada como uma forma de imperialismo, uma vez que parece ser do interesse de Vladimir Putin recuperar o controlo nos antigos territórios da União Soviética, ou pelo menos prevenir que se unam com o Ocidente.

Os Estados Unidos da América e a Europa recusaram-se a aceitar que a Rússia tenha anexado a Crimeia, a lei internacional foi violada. Apesar de Moscovo não querer que a Ucrânia tenha quaisquer laços com a NATO, nem com a Europa, não é justificação para ter atitudes imperialistas no mundo atual.

A Ucrânia deve, assim como outros países, direito de escolha quando confrontada com questões de índole económica ou política e não estar sujeita a pressões externas e a ser um peão nas relações internacionais.

A solução mais adequada para a Ucrânia seria o país ficar unido, sem existir qualquer separação ou anexação a outro país, servindo como uma ponte geoestratégica entre as duas partes, Rússia e Europa. Mas isso só poderia acontecer caso os dois lados garantissem que não iriam tentar alienar a Ucrânia, de forma a beneficiar os seus próprios interesses.

4.3.4 A vulnerabilidade territorial europeia face ao terrorismo

A Europa está a tornar-se num espaço inseguro e pouco atrativo, onde já existiram alguns atentados terroristas, por isso mesmo a luta contra o terrorismo é uma das prioridades da União Europeia.

A globalização funcionou como um impulso de diversos fenómenos, não trouxe apenas implicações económicas, uma das grandes consequências foi o terrorismo e a facilidade de se propagar. O 11 de Setembro de 2001 mostrou

isso mesmo, com o ataque às torres gémeas de Nova Iorque e ajudou a uma outra interpretação das fronteiras de poder.

Os ataques terroristas de 11 de Março de 2004 em Madrid confirmaram, mais uma vez que a ameaça terrorista era verdadeira e que a União Europeia tem necessidade de desenvolver mecanismos que ajudem a combatê-la.

O ano de 2015, que ficou marcado pelo ataque ao Jornal Charlie Hebdo em Paris, os ataques e as ameaças terroristas aumentaram significativamente.

Devido ao aumento dos ataques terroristas a União Europeia adotou diversas medidas para os combater, desde cortar o financiamento, lutar contra o crime organizado, melhorar a cooperação policial e judicial e aumentar o controlo nas fronteiras. Desde abril de 2007 que se realizam fiscalizações sistemáticas nas fronteiras da Europa, para garantir uma maior segurança no espaço Schengen.

A comunicação e a ajuda dos países da União Europeia contribuem positivamente para diminuir o impacto dos ataques terroristas ou até mesmo para os prevenir. Um grande número desses ataques não são realizados por estrangeiros ou por pessoas que vieram de países problemáticos, são antes perpetrados por indivíduos que cresceram num país europeu.

A Europa deveria investir mais na segurança e adotar mais o recurso ao Hard Power, precisa de uma política de segurança e também de uma política externa mais eficiente, uma vez que as maiores ameaças para a Europa são o terrorismo e os ataques cibernéticos.

4.3.5 Brexit e as consequências para a segurança interna da União Europeia e internacional

Crise Financeira e Económica

Antigamente todos os bens que as pessoas adquiriam eram pagos a pronto pagamento, as pessoas só adquiriam aquilo que poderiam pagar sem recurso a qualquer crédito. Mas nos últimos vinte e cinco anos a economia baseou-se na circulação da dívida, o que levou a um rápido crescimento económico.

As pessoas e as instituições começaram a querer adquirir mais bens e a querer gerar mais dinheiro e mais riqueza e começou-se a conceder

empréstimos sem pensar nas consequências e em como conseguiriam pagá-los. As instituições bancárias começaram a atribuir empréstimos a pessoas que não se qualificavam nem possuíam a capacidade de os pagar e assim todos começaram a poder comprar casas, recorrendo ao crédito hipotecário de alto risco, o denominado sub-prime⁶⁰.

Assim se gerou a maior crise económica e financeira desde a Grande Depressão, tendo a sua origem no colapso da bolha do imobiliário nos Estados Unidos da América. Mas esta crise só teve a sua eclosão oficialmente em agosto de 2007, quando os bancos centrais se viram obrigados a injectar liquidez.

A incerteza gerada pela crise causou a desconfiança nas pessoas e nas instituições, o que conseqüentemente levou a que os bancos deixassem também de emprestar dinheiro entre si. Diversos foram os bancos que se viram obrigados a vender os activos que não se encontravam ainda afectados pela crise, mas mesmo assim muitos foram os bancos que quase entraram em falência devido à falta de liquidez e à depreciação do respectivo capital.

A crise alcançou um ponto culminante entre setembro e outubro de 2008, quando foi tomada a decisão, por parte das autoridades americanas, de não salvar o banco Lehman Brothers⁶¹, o que causou conseqüentemente a desestabilização do mercado financeiro global. Nos meses seguintes a crise financeira chegou à economia real. No ano de 2009, o Produto Interno Bruto (PIB) registou uma queda de 0,6%, isto levou à primeira recessão desde a Segunda Guerra Mundial, a nível global. “Os países desenvolvidos sofreram uma importante contracção das suas economias”⁶², já os países emergentes conseguiram resistir bastante bem.

A crise económica difundiu-se de diversas formas, sendo que a contracção da oferta de crédito foi de longe a principal forma de difusão. A crise do crédito atingiu principalmente as pequenas e médias empresas, que se encontram mais sujeitas ao financiamento por empréstimos bancários, ao contrário das grandes empresas.

⁶⁰ Tipo de empréstimo que facilita o acesso à habitação àqueles que não têm as garantias necessárias para empréstimos normais.

⁶¹ Um dos maiores bancos de investimento dos Estados Unidos da América.

⁶² SOROS, George, *Desordem Financeira na Europa e nos EUA: como se explica e como ultrapassá-la*, Editorial Presença, 2012. ISBN 9789722348539

A baixa procura, assim como a contracção do comércio a nível internacional ajudaram à propagação da crise, as exportações tiveram grandes reduções do produto interno bruto (PIB). Os bancos tornaram-se mais cuidadosos e reduziram a sua exposição aos mercados, racionando o crédito nas suas dependências locais, impedindo assim as saídas de capitais para outros países.

Quando as bolhas que deram origem à crise rebentaram foram grandes as consequências, como a liquidação imposta de activos, a contracção no crédito, a destruição de riqueza.

Segundo George Soros⁶³ na origem da crise de 2008 encontra-se uma superbolha que combina três tendências, sendo que a primeira é uma expansão de crédito, a longo-prazo, cada vez maior, que emerge das políticas contra cíclicas que foram criadas com o objectivo de dar resposta à Grande Depressão. A segunda tendência consiste na globalização dos mercados e a terceira tendência “é a remoção progressiva da regulamentação financeira e o movimento acelerado das inovações financeiras.”⁶⁴

De acordo com George Soros, a bolha que surgiu no mercado imobiliário dos Estados Unidos da América não é a única causa da eclosão da crise de 2008. Esta é uma crise muito maior do que aquelas que vão surgindo periodicamente e que se inserem no que autor denomina de superbolha.

Esta superbolha assenta numa tendência dominante, a expansão do crédito e também no conceito de *laissez-faire*⁶⁵ que diz que se deve conceder “rédea livre aos mercados”.⁶⁶

A crise financeira mundial foi antecedida de um período de condições económicas especialmente favoráveis, marcadas pela abundância de liquidez e taxas de juro baixas. Estes dois factores contribuíram para a crise financeira. Foram resultado da adopção de políticas monetárias expansionistas nas economias desenvolvidas e dos desequilíbrios macroeconómicos mundiais.

⁶³ Financeiro e filantropo húngaro.

⁶⁴ SOROS, George, *Desordem Financeira na Europa e nos EUA: como se explica e como ultrapassá-la*, Editorial Presença, 2012. ISBN 9789722348539

⁶⁵ O denominado fundamentalismo do mercado, conhecido como *laissez-faire* no século XIX.

⁶⁶ SOROS, George, *Desordem Financeira na Europa e nos EUA: como se explica e como ultrapassá-la*, Editorial Presença, 2012. ISBN 9789722348539, p.12.

A crise de 2008 trouxe muitas consequências para os mais diferentes países, como a estagnação económica e um crescimento reduzido nos países mais industrializados. O nacionalismo ganhou um novo impulso, assim como os desafios para as relações multilaterais. Os países que são bastantes dependentes das exportações vêm-se instáveis e inseguros quanto ao futuro, uma vez que todo o sistema global se encontra estagnado.

Esta crise veio ainda mostrar que a democracia não é tão eficiente quanto fazia parecer a resolver as diversas crises que iam surgindo. A dominação ocidental está a ser fortemente questionada.

Após a existência de um referendo e da votação ter sido realizada, o Reino Unido revelou o desejo de sair da União Europeia, o que foi visto como um golpe para o Projeto Europeu, uma vez que esta é uma situação sem precedentes, foi a primeira vez que algum país demonstrou e realizou a vontade de sair.

Muita especulação existiu ao redor deste assunto, muitos temeram o pior cenário, que o Projeto Europeu caísse por terra, que a União Europeia se tornasse num local sem qualquer tipo de união ou coesão interna, uma vez que o Brexit vem levantar questões económicas e financeiras, para além de preocupações na segurança europeia. Mas o oposto parece ter acontecido, União Europeia está a ficar mais unida e mais forte. Apesar de tudo isto não é do interesse de qualquer uma das partes, que alguém saia bastante prejudicado, até porque estamos perante um mundo instável, no qual o Reino Unido e a União Europeia precisam um do outro. A relação destes dois atores não pode ser separada totalmente, uma vez que os interesses estratégicos são semelhantes, tanto a segurança de um como de outro depende dessa união, assim como o crescimento ao nível económico. Não quer isto dizer que tudo irá permanecer igual, não vai com toda a certeza, em muitos aspetos, como evidenciado é do interesse de ambas as partes que exista um entendimento e um compromisso, mas no que diz respeito à forma de trabalhar será diferente, podem até partilhar os mesmos interesses ou o mesmo objetivo, mas não irão trabalhar juntos para o atingir.

Capítulo 5 A unidade na diversidade: entre o passado e o futuro?

5.1 As Novas medidas de Segurança da União Europeia

A União Europeia tem tido dificuldade em fazer frente aos desafios da atualidade, acabou mesmo por perder algum do poder e da relevância que exercia nos mais diversos domínios, sendo cada vez mais vista como uma potência em declínio, sem união e capacidade para resolver os conflitos, correndo até o risco de se tornar insignificante internacionalmente.

Com todas as crises que têm assolado a Europa, será este um espaço ainda visto como um lugar de paz, prosperidade, civilização e cultura?

As políticas externas adotadas pela União Europeia, nem sempre são concordantes entre todos os Estados-membros, o que conseqüentemente leva a que a imagem da União Europeia no sistema internacional seja cada vez mais debilitada. Exatamente por isso, a União Europeia tem ainda um longo caminho a percorrer relativamente à política externa, sendo que uma das prioridades é formar parceiras estratégicas com alguns países terceiros. Outra das preocupações prende-se com direcionar a esfera de influência europeia para áreas fora das fronteiras e da zona mediterrânica.

Um dos principais problemas da Europa nos dias de hoje consiste em não possuir umas forças armadas bem equipadas, nos últimos anos não tem existido muito investimento nesse sentido, sendo que os custos associados à defesa e segurança diminuíram nos últimos tempos, mesmo após a crise na Ucrânia. Em contraste, tanto o orçamento da Rússia como o da China, destinado às forças militares duplicou nos últimos anos.

A Europa tem demonstrado uma certa dificuldade em lidar com todas as mudanças que vão acontecendo a nível mundial, até mesmo com o aumento do poder e influência que alguns países asiáticos têm demonstrado. Desta forma a Europa mostra não ter capacidade para enfrentar algumas crises, como a da Síria, nem tão pouco conseguir ter uma voz demarcada na política internacional. A Europa mantém relações bilaterais com alguns países do continente asiático, mas não está integrada em nenhuma iniciativa regional.

A União Europeia só conseguirá fazer frente às restantes potências e ocupar uma posição de relevo no sistema internacional se conseguir resolver os

problemas internos, de forma a projetar um espaço seguro e integrado, de verdadeira união, sendo que “A opção pela via idealista, ao invés de seguir a realista, retrata uma vontade expressa de optar para um outro caminho e, sobretudo, de reaproximar os cidadãos europeus em identidade, valores, democracia e segurança.”⁶⁷

5.2 A Identidade Europeia: a complexidade na sua diversidade

Há muito tempo que a identidade europeia é discutida por diversos estudiosos, é alvo de críticas, de controvérsias e ainda continua a ser importante fortalece-la. Mas a grande questão centra-se naquilo que representa realmente ser europeu, em que é que consiste a identidade europeia? Poderá uma pessoa ter mais do que uma identidade ou tem apenas uma? Uma pessoa pode ter uma identidade, local, regional, nacional e até internacional, até porque “... identities are anything but static; on the contrary, they are dynamic and subject to permanent change.”⁶⁸

Numa Europa constituída e demarcada pela grande diversidade de culturas, de línguas é difícil definir uma identidade europeia, um sentimento de pertença a uma comunidade, de unir todas estas diversidades numa única identidade e é ainda mais “... challenging when examining identity at a trans – or supranational level, especially a ‘European level’, given the national, cultural and linguistic diversity of the continente.”⁶⁹

A identidade europeia não deve, nem procura substituir a identidade nacional, mas sim complementá-la, até porque é a diversidade que faz o projeto europeu diferente de todos os outros, a capacidade de diferentes países, com diferentes culturas e línguas unirem-se num projeto sem precedentes e tão ambicioso como o da integração europeia.

⁶⁷ http://www.apeeuropeus.com/uploads/6/6/3/7/66379879/martins_marco_2017.pdf

(consultado dia 11 de Setembro de 2018)

⁶⁸ BARBÉ, Esther, *La Unión Europea en el Mundo: entre poder de transformación y los Límites de la Constitución. Europa en la Encrucijada*. Nº 43/44 (2004).

⁶⁹ Ibid

Poderá a identidade nacional coexistir com a identidade europeia? O que é diferencia uma da outra, ou por outro lado, será que existem pontos em comum?

A língua, a história, os símbolos e a memória é que unem as pessoas e formam uma determinada identidade. Mas não serão estes valores que formam uma identidade europeia, e é isso mesmo que, de acordo com Habermas⁷⁰, possibilita que exista uma identidade nacional com uma identidade europeia, até porque esta assenta na defesa dos direitos humanos e na esfera pública da Europa.

Os valores europeus e tudo aquilo que representa o processo de integração europeia estão constantemente a ser postos à prova, quer seja devido a crises internas ou externas, existindo a necessidade constante de reforçar o sentimento de união, de fazer parte de um grande, importante e inovador projeto, de uma comunidade. Por esta razão existem cada vez mais iniciativas que incentivam a uma maior união, uma maior proximidade entre os cidadãos, sobretudo através da educação e da cultura, as duas armas utilizadas pela União Europeia para reforçar a identidade europeia. De entre essas iniciativas podemos destacar as “Capitais Europeias da Cultura”⁷¹, o “Dia da Europa”, os “Anos Europeus”, para além da bandeira e da moeda única, que ajudam a reforçar o sentimento de pertencer a um projeto tão grandioso como este.

As crises que afetaram nos últimos tempos a Europa, como a crise financeira de 2007-2011 e a crise dos refugiados vieram pôr mais uma vez à prova a capacidade de união, de uma identidade europeia e da solidariedade, uma vez que certos países sentiram muitas vezes o peso de levar este projeto para a frente, de transportar os restantes países quando estes não tinham condições para o fazer, acabando por não se sentirem parte de um projeto, de uma parceria.

⁷⁰ BARBÉ, Esther, *La Unión Europea en el Mundo: entre poder de transformación y los Límites de la Constitución. Europa en la Encrucijada*. Nº 43/44 (2004).

⁷¹ Esta iniciativa celebra e promove a diversidade cultural europeia

Com estas crises, foram vários os partidos políticos de diversos Estados-Membros que optaram por tomar medidas mais nacionalistas, nomeadamente contra as políticas de imigração. Os cidadãos de alguns países têm demonstrado alguma apreensão em adotar uma identidade europeia, receando perder a identidade nacional, a herança cultural, linguística e étnica do seu próprio país.

Para muitos as políticas de imigração europeias, que aos poucos vão modificando composição religiosa e também étnica europeia, não são as mais corretas, são vistas como uma ameaça.

A União Europeia tem enfrentado diversos desafios ao longo dos anos, enfrenta crises externas, num mundo globalizado em que tudo se encontra interligado, onde diversos acontecimentos influenciam os diferentes atores do Sistema Internacional, como é o caso das mais recentes eleições dos Estados Unidos da América, mas também enfrenta crises internas como o Brexit, que tem levantado dúvidas sobre o processo de integração europeia, será este um processo reversível, terá falhado em vez de resultar?

Apesar de todos os esforços que têm sido feitos e de todas as iniciativas que foram adotadas com o objetivo de promover uma identidade europeia, existem ainda muitos cidadãos europeus que afirmam não terem uma identidade europeia, apenas uma identidade nacional.

Ao longo dos anos o projeto de integração europeia tem vindo a sofrer alterações, a introduzir medidas e novos objetivos de forma a formar uma maior união entre os Estados-Membros e a tornar este projeto mais forte e cada vez mais competitivo. Por isso mesmo a União Europeia é agora um projeto com um carácter mais político e cultural do que económico, como inicialmente foi.

O projeto europeu prometeu ser ambicioso, restaurar a esperança, assegurando a paz num continente que já tinha sido assolado por guerras de grandes dimensões que deixaram para trás um enorme rasto de destruição e de perda, onde a união e a capacidade de ultrapassar diversas situações eram a chave para o sucesso, como tão bem ilustra a Declaração de Copenhaga sobre a Identidade Europeia, "...they have overcome their past enmities and have

decided that unity is a basic European necessity to ensure the survival of the civilization which they have in common.”⁷²

A formação de uma identidade nacional não assenta só na parte política, a cultura desempenha, igualmente um importante papel.

A formação de uma identidade europeia tem vindo a sofrer alterações ao longo dos tempos. Após a Segunda Guerra Mundial, a Comunidade Económica Europeia valorizava os laços económicos formados através da cooperação entre os diversos Estados. Na década de 80, houve uma alteração no foco principal, a integração era agora mais política e administrativa do que económica, mais direcionada para a interdependência do que para a cooperação. Na década seguinte, passou a denominar-se de União Europeia e o objetivo principal era agora a integração social. As instituições europeias passaram a ter um duplo objetivo, representarem os Estados-Membros politicamente e representar a união como um todo, como um só.

A educação representa uma importante arma para a troca de culturas entre os diversos países e para uma maior aproximação entre os indivíduos. Para alcançar esses objetivos a União Europeia tem criado diversos programas, como Erasmus, Leonardo da Vinci, Comenius.

⁷² BARBÉ, Esther, *La Unión Europea en el Mundo: entre poder de transformación y los Límites de la Constitución. Europa en la Encrucijada*. Nº 43/44 (2004).

Considerações finais

O sistema Internacional e a ordem mundial estão em constante mudança, assim como os conflitos e a natureza dos mesmos, sendo causados pelas heranças culturais, fatores económicos, pela multiplicidade de atores presentes no sistema internacional, uma vez que quanto maior é o número de potências mundiais, maior é o risco de conflito, contrariamente a um mundo onde existam apenas duas ou até mesmo uma. A evolução tecnológica aproximou o mundo e permitiu que as notícias chegassem mais rapidamente a todos os países, o que acaba por ser positivo por um lado, mas por outro pode originar conflitos, assim como os atores não estatais e os privados.

Com o avançar dos anos e com as diversas mudanças no panorama internacional, o equilíbrio da ordem mundial passou a estar dependente da balança de poderes. Nos últimos anos a ordem em vigor tem sido a ocidental que procurou impor os seus costumes e valores nos restantes países e regiões do mundo, atualmente é esse mesmo o desafio, o mundo ocidental conseguir manter a sua influência mesmo que os interesses estejam todos focados na parte oriental do mundo.

Vivemos atualmente num mundo marcado pela insegurança, pela incerteza e pela imprevisibilidade, tanto a nível interno como externo, deixou de existir apenas uma potência capaz de influenciar resultados e de alterar o rumo do sistema internacional, surgiram novos atores que têm já a sua influência ou tentam marcá-la, quer seja ao nível regional ou até mesmo ao nível internacional. Isto mostra-nos que o mundo está cada vez mais a ser visto como menos ocidental, uma vez que até aqui tinha sido maioritariamente influenciado pelo ocidente, pelos seus valores, pelas suas políticas, pelos seus costumes e interesses, mas com a emergência de novas potências o rumo está a ser alterado mais para o oriente.

Podemos então afirmar que existem, na atualidade, atores diversificados que influenciam a política internacional aos mais diferentes níveis, moldando o mundo através dos seus valores e interesses, tornando multicomplexo.

Multicomplexo exatamente pela variedade de atores, que não se encontram todos ao mesmo nível, que não possuem os mesmos valores, nem

as mesmas culturas e muito menos os mesmos interesses. Neste momento podemos encarar o sistema internacional como uma peça de teatro com diferentes atores e diferentes cenas, mas com o mesmo objetivo final e a partilhar o mesmo ato final, moldar e influenciar o mundo através dos seus interesses. Exatamente por isto é que vivemos num era de imprevisibilidade e de incerteza quanto ao futuro.

Os múltiplos atores presentes neste mundo multicomplexo não são apenas as grandes potências ou as economias emergentes, mas também as potências regionais, os atores não estatais, as corporações multinacionais e as organizações internacionais.

Existem países com um poder militar bastante forte e reconhecido, outros onde a economia é que ganha mais destaque e ainda outros que procuram pelo seu lugar na cena internacional, que ainda não se conseguiram afirmar de alguma forma perante os restantes.

Devido à globalização o mundo está hoje muito mais interligado do que antigamente, as diversas potências mundiais e até regionais estão interligadas das mais diversas formas, pelo comércio, pela economia, pelos conflitos e crises, pelas alterações climáticas, ou seja, por tudo o que pode influenciar o mundo em geral.

A União Europeia encontra-se num momento crucial da sua história, onde tem muito a provar, onde tem sido fortemente contestada, está segmentada, mas ao mesmo tempo está mais integrada do que há uma ou duas décadas atrás.

Nos últimos anos têm sido vários os conflitos e problemas que têm assolado a União Europeia, como a crise financeira de 2008 que veio expor divisões, comprometendo a união da mesma, a crise dos refugiados e o Brexit. Por isso mesmo, torna-se de estritamente necessário voltar a analisar os objetivos, o porquê da criação deste Projeto Europeu, desenvolver os instrumentos necessários para o defender e combater os problemas, tornando-os, sempre que possível, em oportunidades.

Num mundo cada vez mais competitivo, onde cada Estado tenta impor o seu poder e ser mais forte do que os restantes, a União Europeia precisa de fazer frente aos problemas internos e conseguir uma maior união, mas para isso necessita de encontrar a melhor forma de resolver os interesses tão distintos que marcam esta união sem permitir que exista espaço para a existência de conflitos

que comprometam a integridade da mesma. Antigamente a União Europeia demonstrava uma atitude bem diferente e estava “determined to export stability; now, an uncertain EU is afraid of importing instability.”⁷³

No que diz respeito à política externa da União Europeia, por vezes a atuação da mesma tem que ser mais pautada pela ação (hard power) e menos pelo soft power, uma vez que as políticas que têm sido adotadas não têm conseguido acompanhar a evolução dos conflitos.

As principais ameaças à estabilidade da Europa constituem o sentimento nacionalista que tem ganho cada vez mais terreno nos últimos tempos com todos os conflitos e ameaças à União Europeia enquanto constituição, a ascensão da China, que vem mudar e muito o panorama internacional e toda a ordem mundial, a política agressiva por parte da Rússia, como se pode constatar com a anexação da Crimeia, de forma ilegal perante as restantes potências. Toda a situação precária que se vive no Médio Oriente com as guerras e a anarquia, para além da nova administração americana, com a eleição de Donald Trump que também não traz segurança relativamente à política internacional.

Podemos assim afirmar que as relações internacionais atuam num mundo instável, inseguro e de uma ordem indefinível, acabando por não existir uma hierarquia das potências, existindo antes uma convergência ou até uma divergência.

Apesar de todas as ameaças, de todos os problemas internos e externos que assolaram a Europa nos últimos tempos, os Estados-membros não desistem de unir novamente o continente europeu e voltar a restaurar a fé no Projeto Europeu, criando consenso e um sentimento de que se pertence a algo maior é extremamente difícil nesta época, mas continua a ser a esperança. Neste sentido foi celebrado o 60º aniversário dos Tratados de Roma, assinalado pela adoção da Declaração de Roma, a qual estipula que deverá existir uma Europa segura capaz de proteger os seus cidadãos e onde estes possam circular sem qualquer preocupação ou barreira, mas onde as fronteiras externas são seguras. Adotar uma política de migração que seja eficiente a combater todos os problemas que a crise dos Refugiados veio trazer, uma Europa que prospere e que seja capaz

⁷³ https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/Brief_7_ESS_0.pdf

de gerar riqueza e crescimento e com um mercado único forte. E, ainda que se consiga criar medidas e políticas que combatam o desemprego, a exclusão social, a pobreza e a discriminação, e por fim uma Europa mais segura de si, mais unida que consiga projetar uma imagem exterior forte, unida e solidária, até porque “Europe will not be made all at once, or according to a single plan. It will be built through concrete achievements which first create a de facto solidarity”.⁷⁴

⁷⁴ https://ec.europa.eu/commission/white-paper-future-europe-reflections-and-scenarios-eu27_pt
(consultado dia 27 de Outubro de 2018)

Bibliografia

BARBÉ, Esther, *Relaciones Internacionales*, Madrid, Editorial Tecnos, 2007.

BARBÉ, Esther, *La Unión Europea en el Mundo: entre poder de transformación y los Límites de la Constitución. Europa en la Encrucijada*. Nº 43/44 (2004), p. 162-181.

BICKERTON, Christopher J., *European Union Foreign Policy: From Effectiveness to Functionality*, Palgrave, 2011. ISBN 978-0-230-28229-2

BINDI, Federiga, *The Foreign Policy of The European Union: Assessing Europe's Role in The World*, Washington D.C., Brookings Institution Press, 2010. ISBN 978-0-8157-0140-8

BROWN, Chris, AINLEY, Kirsten, *Compreender as Relações Internacionais*, Gradiva, Lisboa, 2012. ISBN 978-989-616-465-2.

CLADI, Lorenzo, LOCATELLI, Andrea, *International Relations Theory and European Security: We Thought we Knew*, New York, Routledge, 2016. ISBN 978-1-138-84727-9

COHEN, Saul Bernard, *Geopolitics: The Geography of International Relations*, Maryland, Rowman & Littlefield, 2015. ISBN 978-1-4422-2349-3

FERNANDES, Sandra Dias, *Europa (In)Segura. União Europeia, Rússia, Aliança Atlântica: A Institucionalização de uma Relação Estratégica*, Estoril, Príncipe, 2006.

FERNANDES, José Pedro Teixeira, *O Regresso da Geopolítica, Europa, Médio Oriente e Islão*, Coimbra, Edições Almedina, 2017, ISBN 978-972-40-6948-7

FERREIRA, Maria João Militão, *A Política Externa Europeia - Uma Reflexão sobre a União Europeia como Actor Internacional*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005. ISBN 972-8726-48-1. P. 258-273

FRIEDMAN, George, *Focos de Tensão: Os Choques Geopolíticos que Ameaçam o Futuro da Europa*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2015. ISBN 978-972-20-5643-4

GENDEREN, Wanda Troszczyńska, *Política Externa: Objectivos, Instrumentos e Realizações*, 2015, [Consultado a 29 de Janeiro de 2017]. Disponível na Internet: http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuld=FTU_6.1.1.html

GRIECO, Joseph, IKENBERRY, G. John, MASTANDUNO, Michael, *Introduction to International Relations. Enduring Questions & Contemporary Perspectives*, Londres, Palgrave, 2015, pp 72.

HAASS, Richard, *A World in Disarray: American Foreign Policy and the crisis of the old order*, New York, Penguin Press, 2017. ISBN 9780399562365

HOWORTH, Jolyon, *Security and Defence Policy in the European Union*, United Kingdom, Palgrave Macmillan, 2014. ISBN 978-0-230-36235-2.

KAUNERT, Christian, LÉONARD, Sarah, *European Security, Terrorism and Intelligence: Tackling New Security Challenges in Europe*, Palgrave, 2013. ISBN 978-1-4039-9511-7

MALTEZ, José Adelino, *Curso de Relações Internacionais*, Principia, 2002. ISBN 9789728500825.

MARTINS, Marco António Baptista, *Os BRICS e as Relações Internacionais Numa Perspectiva da Autopoiese*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2017. ISBN 978-989-755-281-6

MARQUES DOS SANTOS, Victor, MILITÃO FERREIRA, Maria João, *Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2012, pp 127.

MEARSHEIMER, John J, *The Tragedy of Great Power Politics*, New York, Norton & Co, 2014. ISBN 9780393349276, P. 11.

MESQUITA, Maria José Rangel de, *A Actuação Externa da União Europeia depois do Tratado de Lisboa*, Edições Almedina, Coimbra, 2011. ISBN 978972-40-4589-4.

Missiroli, Antonio (2015). *The EU in a multiplex world*. Acedido em: 05 de Novembro de 2016, em: <http://www.iss.europa.eu/publications/detail/article/the-eu-in-a-multiplex-world/>, *Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe. A Global Strategy for the European Union's Foreign and Security Policy*. Acedido em: 6 de Novembro de 2016, em: https://eeas.europa.eu/top_stories/pdf/eugs_review_web.pdf.

MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Edições Almedina, 2016. ISBN 9789724067292.

PLAGEMANN, Johannes, *Cosmopolitanism in a Multipolar World: Soft Sovereignty in Democratic Regional Powers*, Palgrave, 2015. ISBN 978-1-137-48821-3

Prutsch 2017, Research for CULT Committee – European Identity, European Parliament, Policy Department for Structural and Cohesion Policies, Brussels.

SANTOS, B. (2016). *Para uma nova visão da Europa: aprender com o sul*, nº43, ano 18, p. 25.

SAPELLI, Giulio, *Global Challenges and Emerging World Order*, Springer, 2015. ISBN 978-3-319-15623-1

SOROS, George, *Desordem Financeira na Europa e nos EUA: como se explica e como ultrapassá-la*, Editorial Presença, 2012. ISBN 9789722348539

SOROS, George, *O Novo Paradigma dos Mercados Financeiros: A Crise Financeira de 2008 e o Seu Significado*, Coimbra, Edições Almedina, 2009. ISBN 978-972-40-3828-5

REIS, Liliana Domingues. (2014). *Política Comum de Segurança e Defesa: O Novo Desafio ao Processo de Integração da EU*. Tese de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais. Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão.

ROCHA-CUNHA, Da Silvério, MARTINS, Marco António Baptista, *Paz Difícil e Política Frágil na Desordem Mundial*. In **Política de Poder, Paz e Guerra nas Relações Internacionais**. Évora: Húmus, 2015. ISBN 978-989-755-153-6, p. 141-154

WIJK, De Rob, *Power Politics: How China and Russia Reshape The World*, Amesterdão, University Press, 2015. ISBN 978-94-6298-052-5

WONG, Reuben, HILL, Christopher, *National and European Foreign Policies: Towards Europeanization*, New York, Routledge, 2011. ISBN 978-0-415-61084-

1